



Prefeitura
Municipal
de Teresina

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - DOM

Órgão de Comunicação Oficial da PMT

Caderno Único

Ano 2023 - Nº 3.630 - 31 de outubro de 2023

Atos do Poder Executivo

ID: 000480363000012023

LEI Nº 6.020, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência de Teresina - PMIA e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o anexo Plano Municipal para a Infância e a Adolescência de Teresina - PMIA, com validade para o período de 2023–2033, um instrumento técnico-político, que visa contribuir para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos.

Parágrafo único. O PLANO MUNICIPAL é uma ferramenta que funciona como um guia para a gestão do Poder Público, visando o acompanhamento e o controle na garantia das condições de vida e desenvolvimento da sociedade.

Art. 2º O PMIA é uma iniciativa do Programa Prefeito Amigo da Criança (PPAC) e está na 7ª edição, tem por objetivo estimular a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas destinadas a promoção e a proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Teresina, mediante suporte técnico da Fundação Abrinq aos gestores públicos municipais que aderiram à proposta durante os quatro anos da gestão (2021-2024), culminando com o reconhecimento dos esforços realizados e dos resultados obtidos na Capital.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação,

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teresina (PI), de 31 de outubro de 2023.

JOSÉ PESSOA LEAL
Prefeito de Teresina

Esta Lei foi sancionada e numerada aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três.

GLAYDSTON MICHEL SALDANHA MOURA LIRA
Secretário Municipal de Governo

ANEXO ÚNICO

Plano Municipal para a Infância
e a Adolescência de Teresina - PMIA



FICHA TÉCNICA

PREFEITO DE TERESINA
JOSÉ PESSOA LEAL

VICE-PREFEITO DE TERESINA
ROBERT RIOS MAGALHÃES

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CIDADANIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL E
POLÍTICAS INTEGRADAS - SEMCASPI
MÁRCIO ALLAN CAVALCANTE MOREIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO
GLAYDSTON MICHEL SALDANHA MOURA LIRA

PRESIDENTE DO CMDCAT
CARLOS ANDRÉ PEREIRA SANTOS

Serviço Financeiro (Outubro/2023)

SALÁRIO MÍNIMO (R\$).....	1.320,00
TAXA SELIC (%).....	13,25
TJLP (% ao ano).....	4,39
POUPANÇA (% - 1º dia do mês).....	0,1159
TR (% - 1º dia do mês)	0,0000

Sumário

Atos do Poder Executivo.....	1
Administração Direta.....	39
Administração Indireta.....	40
Comissão de Licitação.....	46
Diário Oficial da Câmara.....	51

**FORMALIZAÇÃO DE CONVOCAÇÃO E COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO
ATRAVÉS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 21.984 DE 07 DE JANEIRO DE 2022**

Ação Social Arquidiocesana - ASA
Francisco Moreira - Titular
Carla Simone Miranda Borges - Suplente

**Associação dos Amigos dos Excepcionais -
APAE**
Cacilda Luísa de Abreu - Titular
Eston João Porfírio de Sá Lima - Suplente

Casa Maria Menina - ANBEAS
Ingrid de Souza Costa - Titular
Leiliane do Nascimento Bispo - Suplente

**Centro da Juventude Santa Cabrini -
CJSC**
Luana Karine Nogueira - Titular
Roseni Teresinha Gonçalves - Suplente

**Centro de Reintegração Familiar e Incentivo a
Adoção - CRIA**
Edilayne Ximenes de Moura - Titular
Nayara Valéria Costa Gomes - Suplente

Fazenda da Paz
Francisca Diana Pacifico Oliveira - Titular
Eneida Maria Medeiros Lustosa - Suplente

**Fundação Municipal de Cultura Monsenhor
Chaves - FCMC**
Maria de Fátima Coêlho Social - Titular
Josias Santo Filho - Suplente

Fundação Municipal de Saúde - FMS
Clara de Assis Leal Matos - Titular
Joana Rodrigues de Lima - Suplente

Fundação Nossa Senhora da Paz - FNSP
Caio Lizard de Lima Diogo - Titular
Ida Maria da Silva - Suplente

**Fundação Padre Antônio Dante Civiero -
FUNACI**
Maria de Fátima dos Reis Silva - Titular
Maria Irene de Oliveira Costa - Suplente

Secretaria Municipal da Juventude - SEMJUV
Vitor Tabatinga do Rego Lopes - Titular
Marcos Vinícius dos Reis Filho - Suplente

**Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência
Social e Políticas Integradas - SEMCASPI**
Carlos André Pereira Santos - Titular
Talita Damas Ferreira - Suplente

**Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Turismo - SEMDEC**
Joana Darc Lima dos Santos - Titular
Roseane Maria Moura Pires de Oliveira - Suplente

Secretaria Municipal de Educação - SEMEC
Priscila Brito de Carvalho - Titular
Cleides Carvalho Ferreira - Suplente

**Secretaria Municipal de Esporte e Lazer -
SEMEL**
Teresinha Alves de Sousa - Titular
Suelmar Marques da Costa - Suplente

**Secretaria Municipal de Planejamento e
Coordenação - SEMPLAN**
Artêmia Lopes Lustosa - Titular
Angélica Maria Barbosa Portela Lima - Suplente

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS PELA CONDUÇÃO DESSE PROCESSO

O Conselho Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Teresina - CMDCAT preside a Comissão Municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança, instituída pela Resolução nº 36 de 19 de setembro de 2023, composta por representantes das Secretarias Municipais, Entidades da Sociedade Civil, Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS, Defensoria Pública, com a atribuição da elaboração da Matriz Lógica do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência de Teresina, resultado do trabalho contínuo de muitas mãos e mentes, que juntas pensaram acerca da problemática que mais afeta crianças e adolescentes no município de Teresina.

Articulador Municipal do Programa Prefeito Amigo da Criança.	Carlos André Pereira Santos
Presidente do CMDACT.	
Assessora Técnica do CMDCAT.	Lisiany Dantas Lopes Teixeira

**COMITÊ INTERSETORIAL DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PMIA,
instituído através da Resolução nº 36 de 19 de setembro de 2023.**

ORDEM	INSTITUIÇÃO	RESPONSÁVEL
01	Centro da Juventude Santa Cabrini - CJSC.	Denise Alves Morra
02	Ação Social Arquidiocesana - ASA/CMAS.	Maria Valdenéria da Silva
03	Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS.	Suecny Larissa de Sousa Neves
04	Centro de Reintegração Familiar e Incentivo à Adoção - CRIA.	Edilayne Ximenes de Moura
05	Fundação Municipal de Saúde - FMS.	Clara de Assis Leal Matos Joana Rodrigues de Lima
06	Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Piauí.	Juciara de Sousa Santiago Monteiro
07	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas	Ricardo Oliveira Silva Lidiane Batista de Oliveira



**ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA**

JOSÉ PESSOA LEAL
Prefeito de Teresina

GLAYDSTON MICHEL SALDANHA MOURA LIRA
Secretaria Municipal de Governo

RICARDO RODRIGUES DE SOUSA MARTINS NETO
Procuradoria Geral do Município

SÉRGIO WILSON LOPES SOARES
Assistente Jurídico do Prefeito

RONNEY WELLINGTON MARQUES LUSTOSA
Sec. Mun. de Administração e Recursos Humanos

ADMILSON BRASIL LUSTOSA FILHO
Secretaria Municipal de Finanças

JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA
Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação

NOUGA CARDOSO BATISTA
Secretaria Municipal de Educação

RENATO PIRES BERGER
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

ALESSANDRO EULÁLIO DANTAS
Sec. Mun. de Desenvolvimento Econômico e Turismo

IGOR STEFANY BARBOSA LEITE
Sec. Mun. de Economia Solidária de Teresina

MÁRCIO ALLAN CAVALCANTE MOREIRA
Sec. Mun. de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas

LUÍS ANDRÉ DE ARRUDA MONT'ALVERNE
Secretaria Municipal de Meio Ambiente

VALDEMIR SIVIRINO VIRGINO
Secretaria Municipal da Juventude

JAMES GUERRA JÚNIOR
Sec. Mun. de Desenvolvimento Urbano e Habitação

KARLA RODRIGUES BERGER MARINHO
Sec. Mun. de Políticas Públicas para Mulheres

CARLOS JOSÉ RIBEIRO SILVA
Secretaria Municipal de Defesa Civil

PAULO ROBERTO DE OLIVEIRA SANTOS
Secretaria Municipal de Produção Agropecuária

FRANCISCO ALVES DA SILVA
Secretaria Municipal de Comunicação Social

ARI RICARDO DA ROCHA GOMES FERREIRA
Presidente da Fundação Municipal de Saúde

MANOEL BEZERRA DA SILVA NETO
Presidente da Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves

MAYKON SILVA OLIVEIRA
Presidente da Fundação Wall Ferraz

CAIO LUSTOSA BUCAR
Presidente da PRODATER

KENNEDY GLAUBER CARVALHO LEITE
Presidente do IPMT

WELTON LUIZ BANDEIRA DE SOUZA
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Norte

JOSÉ RONCALLI COSTA PAULO FILHO
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Centro

JEOVÁ BARBOSA DE CARVALHO ALENCAR
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Sul

GUSTAVO SOUZA DE ALMENDRA GAIOSO
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Leste

VANICLEUDI DE MEDEIROS NASCIMENTO QUEIROZ
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Sudeste

ANDREI MONTEIRO MEDEIROS COSTA
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Sudeste II

EDVALDO MARQUES LOPES
Superintendente de Ações Administrativas Descentralizadas/Rural

BRUNO MIGLIANO PESSOA
Superintendente da STRANS

JOÃO DE DEUS DUARTE NETO
Presidente da ETURB

ADOLFO JÚNIOR DE ALENCAR NUNES
Diretor-Presidente da ARSETE



Prefeitura
Municipal
de Teresina

DOM

Órgão destinado à publicação de atos normativos

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL**

Rua Firmino Pires, 121 - Centro - Teresina - Piauí

Diário Oficial do Município - Teresina
Ano 2023 - Nº 3.630 - 31 de outubro de 2023

RONNEY WELLINGTON MARQUES LUSTOSA
Secretário de Administração

SYLVIA SOARES OLIVEIRA PORTELA
Gerente de Imprensa Oficial

KAILO LUAN RODRIGUES CARDEAL
Diagramador

Assinatura Digital

[SYLVIA
SOARES
OLIVEIRA
PORTELA:27
485234315

Assinado de forma
digital por SYLVIA
SOARES OLIVEIRA
PORTELA:2748523
4315
Dados: 2023.10.31
19:45:51 -03'00'

- SEMCASPI.		
08	Secretaria Municipal de Educação - SEMEC.	Cleides Carvalho Ferreira
		Priscilla Brito de Carvalho
09	Secretaria Municipal de Governo - SEMGOV.	Carlos André Pereira Santos
10	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação - SEMPLAN.	Artêmia Lopes Lustosa
		Angélica Maria Barbosa Portela Lima

OMS	Organização Mundial de Saúde.
ONU	Organização das Nações Unidas.
OSCs's	Organizações da Sociedade Civil.
PAEE	Público-alvo da Educação Especial.
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos.
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
PCD	Pessoa com Deficiência.
PCF	Programa Criança Feliz.
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.
PNAE	Plano Nacional de Alimentação Escolar.
PI	Piauí.
PMPI	Polícia Militar do Estado do Piauí.
PMIA	Plano Municipal da Primeira Infância.
PPAC	Programa Prefeito Amigo da Criança.
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade.
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
RMA	Relatório Mensal de Atendimento.
SANVVIS	Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual.
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
SEAS	Serviço de Abordagem Social.
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação.
SEMEL	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
SEMDEC	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.
SEMGGOV	Secretaria Municipal de Governo.
SEMJUV	Secretaria Municipal da Juventude.
SEMPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação.
SEMCASPI	Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas.
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação.
SGD	Sistema de Garantia de Direitos.
SMPM	Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.
SUS	Sistema Único de Saúde.
SVS	Secretaria de Vigilância em Saúde.

7

RELAÇÃO DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABD	Associação Brasileira de Dislexia.
AEE	Atendimento Educacional Especializado.
AEPETI	Ações Estratégicas do Programa de Enfrentamento ao Trabalho Infantil de Teresina.
AIDS	Vírus da Imunodeficiência Adquirida.
ANBEAS	Associação Norte Brasileira de Educação e Assistência Social.
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais.
ASA	Ação Social Arquidiocesana.
BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CAPS I	Centro de Atenção Psicossocial Infantil.
CJSC	Centro da Juventude Santa Cabrini.
CMAM	Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar.
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social.
CEMEI	Centro Municipal de Educação Infantil.
CMDCAT	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina.
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social.
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social.
CRIA	Centro de Reintegração Familiar e Incentivo a Adoção.
DEI	Divisão de Educação Inclusiva.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
FCMC	Fundação Cultural Monsenhor Chave.
FMS	Fundação Municipal de Saúde.
FNSP	Fundação Nossa Senhora da Paz.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
FUNACI	Fundação Padre Antônio Dante Cíviero.
GAE	Gerência de Assistência ao Educando.
GT	Grupo de Trabalho.
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.
LA	Liberdade Assistida.
LDB	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.
JET's	Jogos das Escolas Municipais de Teresina.
MS	Ministério da Saúde.
NAE's	Núcleos de Assistência ao Educando.
ODS's	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
OG's	Organizações Governamentais.

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	9
2 INTRODUÇÃO.....	10
3 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	12
3.1 Saúde	13
a) Pré-natal	13
b) Taxa de mortalidade materna	15
c) Gravidez na adolescência	15
d) Vacinação infantil	15
e) Obesidade infantil	16
f) Saúde bucal	16
g) Óbitos infantis	17
h) Atenção à pessoa com transtorno mental	18
i) Deficiência Física	Error! Bookmark not defined.
j) Violência Sexual.....	19
3.2 Educação.....	20
a) Educação Infantil	21
b) Do Ensino Fundamental.....	21
c) Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Profissionalizante; e apoio ao Estado na execução do Ensino Médio.....	22
d) Incentivo ao Esporte.....	23
e) Considerações da X Conferência Municipal do CMDCAT	23
f) Atendimento a crianças e adolescentes com demandas de Saúde Mental e/ou Deficiências.....	26
3.3 Proteção	28
3.3.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	Error! Bookmark not defined.
a) Serviço de Atenção Integral à Família	Error! Bookmark not defined.
b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	Error! Bookmark not defined.
c) Programa Criança Feliz.....	Error! Bookmark not defined.
d) Benefício de Prestação Continuada	Error! Bookmark not defined.
3.3.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL.....	Error! Bookmark not defined.
a) Acolhimento institucional de crianças e adolescentes	Error! Bookmark not defined.

b) Crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil... Error! Bookmark not defined.	
d) Adolescentes em conflito com a Lei..... Error! Bookmark not defined.	
e) Famílias acompanhadas pelo PAIF e PAEFI em Teresina. Error! Bookmark not defined.	
3.3.3 DADOS DO CADUNICO E PBF..... Error! Bookmark not defined.	
3.3.4 ANÁLISE DOS DADOS 39	
4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....39	
5 CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA40	
6 MATRIZ LÓGICA42	
7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....65	
7.1 Objetivos.....65	
7.2 Instrumentos.....66	
7.2 Indicadores67	
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....69	
REFERÊNCIAS.....71	
APÊNDICE A: RESOLUÇÃO Nº 36/2023 - CMDCAT.....76	
ANEXOS78	
ANEXO A: FOLDER DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL - CAPSI.....79	
ANEXO B: FOLDER DO LAÇO AMARELO.....81	
ANEXO C: FOLDER DO PROJETO ESCOLA FAMÍLIA.....83	
ANEXO D: BUSCA ATIVA ESCOLAR - TERESINA.....85	
ANEXO E: PROJETOS FORTALECENDO LAÇOS.....86	

Elaboração dos relatórios técnicos de cada reunião e socializados nas assembleias do colegiado para dar ciência ao pleno;

Associação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS às metas, os objetivos de impacto e aos resultados esperados;

Apresentação da Matriz Lógica à Fundação Abrinq, para análise e devolutiva das orientações gerais por meio do processo de revisão;

Envio do PMIA para análise e apreciação da Câmara Municipal de Teresina, em XX de outubro de 2023;

Submissão do plano à Plataforma Prefeito Amigo da Criança.

2 INTRODUÇÃO

O Programa Prefeito Amigo da Criança - PPAC está na 7ª edição e tem por objetivo estimular a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas destinadas à promoção e à proteção dos Direitos das Crianças e Adolescentes, mediante suporte técnico aos gestores públicos municipais que aderiram à proposta durante os quatro anos da gestão (2021-2024), culminando com o reconhecimento dos esforços realizados e dos resultados obtidos.

Criado em 1996, o programa evoluiu em suas propostas, como resultado da experiência, do aprimoramento do diálogo com os municípios e do alinhamento com diretrizes do Governo Federal. Assim, passou do acompanhamento de ações e indicadores nas áreas da Educação, Saúde e Proteção Social à proposta de planejar, com um horizonte a longo prazo e institucionalizar a Política Municipal volta para a Infância e a Adolescência.

O Marco Legal da Primeira Infância estabelece em seu artigo 1º:

[...] princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). (BRASIL, 2016).

Nesse sentido, a busca por ações que oportunizem o acesso às políticas públicas contribuem para assegurar direitos e proteção integral efetiva, considerando a diversidade e as especificidades das crianças e dos adolescentes do país, conforme dispositivos tanto da Constituição de 1988, como do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, ao incentivar a

1 APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal para a Infância e a Adolescência de Teresina - PMIA, aprovado pelo colegiado do CMDCAT através da Resolução nº de 40 de 10 de outubro de 2023 se constitui num instrumento técnico-político, que visa contribuir para assegurar os direitos e o desenvolvimento integral das crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. É um guia para a gestão do poder público, visando o acompanhamento e controle, na garantia das condições para o pleno desenvolvimento da sociedade.

O PMIA de Teresina está sendo elaborado pela primeira vez, por meio do Grupo de Trabalho Coordenador - GTC, mediante assessoria técnica, à distância, dos técnicos do Programa Prefeito Amigo da Criança, da Fundação Abrinq, cuja vigência compreende o período de 2023 a 2033.

Regulamentado através da Lei nº XX de XX de outubro de 2023, suas ações destinam-se a garantia de direitos para a Primeira Infância, Infância e Adolescência, especialmente nas áreas da Educação, Saúde, Proteção, Cultura, Esporte e Lazer.

Este processo teve início no ano de 2021 e percorreu todas as etapas estabelecidas pelo Ciclo Formativo da Fundação Abrinq. A Matriz Lógica foi estruturada a partir de eixos e diretrizes, de áreas temáticas e problemas centrais existentes no município, relativos ao público de 0 a 18 anos, identificados através do diagnóstico da gestão nas áreas mencionadas no parágrafo anterior.

A estratégia montada pelo município para a elaboração do plano constou dos seguintes passos:

Diálogo entre o Articulador Municipal e a Fundação Abrinq para esclarecimentos sobre o processo de elaboração do plano;

Criação da Comissão Intersetorial para Acompanhamento dos Planos Municipais de Teresina, com a indicação dos representantes do Poder Público, Organizações da Sociedade Civil - OSC's, Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS e Defensoria Pública;

Reuniões periódicas do Grupo Intersetorial Local para estudos, debates, assim como traçar o caminho a ser percorrido durante todo o processo de elaboração do plano;

Participação nas reuniões virtuais ofertadas pelos técnicos da Fundação Abrinq, visando se apropriar dos direcionamentos apontados com vistas ao planejamento das ações locais, de forma integrada e participativa;

promoção de estímulos adequados às diversas habilidades, sócio-emocional, linguagem, cognitivo e motora.

Por outro lado, cabe mencionar que a falta da implementação dessas aptidões é capaz de gerar comprometimentos nas próximas etapas da vida, tanto na adolescência como na fase adulta, colocando-os em desvantagem nas condições de desenvolvimento.

A elaboração do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência - PMIA oferece subsídios para que se cumpra uma proposta metodológica pautada na ampla participação, articulação e intersectorialidade entre sujeitos dos mais diversos setores, com diferentes saberes e poderes, com vistas a enfrentar problemas complexos.

A metodologia de construção do plano foi pensada de modo descentralizado, com a participação efetiva das Organizações Governamentais - OG's, OSC's, do Sistema de Garantia de Direitos - SGD como um todo, através de reuniões descentralizadas envolvendo a equipe de trabalho.

O ponto de partida para a escrita do plano foi um olhar sensível para os problemas da cidade. A partir disso, surgiram ideias para o enfrentamento dos problemas detectados e o compromisso em alterar tal contexto, que ajustados à realidade, servissem de base para gerar novos saberes ao Grupo de Trabalho - GT, ao serem compartilhados.

Para ilustrar essa discussão, Claro (2002), afirma que o diagnóstico visa levantar as necessidades passadas, presentes ou futuras por intermédio de pesquisas, a fim de descrever o problema e preservar uma intervenção. Envolve a coleta e o cruzamento de dados, além de informações e a definição dos pontos fortes e fracos, com o detalhamento dos problemas por meio de uma análise profunda.

Portanto, a proposta de elaboração do PMIA favorece a conversão de políticas de governo em políticas de Estado, que respaldada em diretrizes nacionais, reafirmam o objetivo da descentralização, de evitar a adoção de "soluções tamanho único", fatalmente abandonadas pelo caminho, por não corresponderem a demandas e ansios locais, estimulando o desenvolvimento de capacidades, assim como a intervenção direta ou indireta exatamente na área que necessita.

Ou seja, é fiel aos princípios constitucionais, quando se propõe a buscar soluções propostas coletivamente, valorizando a participação social, a intersectorialidade e a articulação (SANTOS,2013).

Por fim, visa garantir efetividade nas ações e racionalidade no uso dos recursos públicos, engajando a administração municipal detentora dos meios de concretização das políticas públicas, no compromisso de pautar suas ações pelos objetivos traçados e inserir

12

suas atividades em uma estratégia acertada, chamando o gestor municipal a assumir a liderança do processo e olhar a Política da Infância e da Adolescência como prioridade.

A seguir, apresentamos de forma breve uma exposição geral de cada etapa do texto:

No **Diagnóstico**, mostramos em linhas gerais, os dados estatísticos fornecidos pelas instituições e os principais desafios encontrados no município, objetivando assegurar os Direitos de Crianças e Adolescentes nos mais diversos campos de atuação das políticas públicas.

Para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** consideramos importante apresentar os ODS's coordenado pela ONU, que fazem parte da chamada "Agenda 2030" e que abordam os principais desafios de desenvolvimento, a fim de promover vida digna a todos os seres, dentro das condições que o planeta oferece.

Em relação ao **Conceito da Matriz Lógica**, elencamos as etapas que compõem essa importante ferramenta de gestão e /ou controle para a administração pública e discorremos de modo detalhado no que compete cada etapa. São elas: Área Temática, Problema Central, Objetivos de Impacto, ODS's, Resultados esperados/metadados, Meios de verificação, Ação/projeto, Responsáveis, Datas, Fonte de recursos e Envolvidos.

No que se refere a **Matriz Lógica**, ferramenta utilizada pela Fundação Abrinq, apresentamos de forma simples a verificação dos problemas centrais, objetivos de impacto, resultados esperados, ações/projetos, indicadores, meios de verificação, períodos de execução e fontes de recursos, observando o encadeamento lógico entre eles e priorizando os mais urgentes.

Quanto ao **Monitoramento e Avaliação**, são processos que servem para medir e analisar o acompanhamento do trabalho produzido, tornando possível o gestor municipal acompanhar e identificar possíveis problemas.

3 DIAGNÓSTICO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

Na perspectiva do cenário atual dos debates das políticas voltadas para de crianças e adolescentes, cabe ser ponto de reflexão o quantitativo deste público em situação de risco social, violação de direitos e vulnerabilidades que necessitam serem amparados pela Sociedade, Estado e Família, conforme dispositivos legais e normativas baseadas no princípio da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, previsto no artigo 227, caput, da

13

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), assim também, como no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990)

A elaboração do Diagnóstico teve como base a análise de dados das políticas de saúde, educação e proteção social do município no que diz respeito à criança e adolescente, ou seja, o Diagnóstico representa o cenário da infância e da adolescência e os desafios que serão enfrentados nos próximos 10 anos, compreendendo que a infância e adolescência passam por conceitos construídos a partir das compreensões históricas.

3.1 Saúde

A Saúde é direito fundamental do ser humano estabelecido pela Constituição Federal e reafirmado pela Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, que estabelece, em seu artigo 2º, como dever do Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (2002) determina em seu artigo 7º que para que esse direito seja garantido às crianças e adolescentes devem ser *efetivadas políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.*

Em Teresina - PI, a Fundação Municipal de Saúde - FMS é responsável pelo planejamento e a execução da política de saúde do Município, desenvolvendo atividades integradas de prevenção, proteção, promoção e recuperação da saúde. Dessa forma, os dados a seguir, em sua maioria, foram fornecidos pelo órgão do planejamento proposto no Plano Municipal da Infância e Adolescência de Teresina - PI.

a) Pré-natal

O pré-natal, acompanhamento médico prestado à mulher gestante durante a gravidez, é uma ação primordial para a segurança desse momento, oportunizando a prevenção e/ou detecção precoce de patologias, tanto para a mãe como para o feto. Nos últimos anos, compreendeu-se a relevância de fazer parte do pré-natal não apenas questões biológicas, mas, também, aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, a saúde emocional da mãe, rede de apoio, dentre outros.

Através da Nota Técnica Nº 4/2022, o Ministério da Saúde recomenda a realização de, no mínimo, seis consultas de acompanhamento pré-natal, sendo, preferencialmente, uma

14

no primeiro trimestre, duas no segundo e três no terceiro trimestre de gestação. Em Teresina - PI, foram registradas no ano de 2022, 6.221 consultas, e até o mês de setembro de 2023 já foram registradas aproximadamente 83% do ano anterior.

Consultas - Pré-Natal	2019 %	2020 %	2021 %	2022 %	2023 %
Nenhuma	6,31	5,86	9,51	5,16	3,98
1-3 vezes	6,34	9,62	6,59	6,63	6,17
4-6 vezes	23,02	28,40	21,48	19,32	19,38
7 e +	63,68	55,48	61,43	67,08	69,71
Não informado	0,65	0,65	0,99	1,81	0,76

A Organização Mundial de Saúde - OMS define como nascimento normal aquele que ocorre entre 37 e 42 semanas de gestação, com início espontâneo do trabalho de parto, em pacientes com risco habitual que tenham fetos em apresentação cefálica fletida e que resulte em mãe e recém-nascido em boas condições. Segundo o Ministério da Saúde, o parto vaginal é o mais aconselhado e seguro e devem ser disponibilizados todos os recursos para ele acontecer. De acordo com os dados da FMS, no ano de 2022 o índice de parto vaginal em Teresina-PI foi de 50% e se manteve igual no ano de 2023, a meta é alcançar o mínimo de 60%.

Tipo de parto	2019 %	2020 %	2021 %	2022 %	2023 %
Vaginal	34,95	34,25	35,37	33,39	33,39
Cesário	64,94	65,73	64,35	66,42	66,17
Não informado/ignorado	0,10	0,02	0,29	0,19	0,14

Durante a gestação e o parto, é possível ocorrer a transmissão de algumas doenças da mãe para o bebê, como o HIV, a sífilis e a hepatite B, fato que ressalta a importância da realização do pré-natal de forma correta. Em Teresina, a taxa de detecção de AIDS em menores de 5 anos para cada 100 mil crianças, sofreu pequena redução no ano de 2023 comparada ao ano anterior: em 2022 foi de 2,97% e no ano corrente foi de 2,12%. Quanto à taxa de incidência de sífilis congênita, para cada mil crianças, ocorreu um aumento considerável de 7,75 em 2022 para 11,27 em 2023.

15

b) Taxa de mortalidade materna

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Pnad Contínua divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, entre os anos de 2012 e 2021, Teresina registrou o segundo menor crescimento populacional entre as capitais do país no mesmo período.

A mortalidade materna é um grande desafio da política de saúde brasileira. Em Teresina, de acordo com os dados da Fundação Municipal de Saúde, o número de óbitos maternos reduziu em 2022, e caso não haja alteração nos meses restantes do ano de 2023, esta taxa continua reduzindo. A seguir, segue os números relativos à taxa de mortalidade materna em no município nos últimos anos:

TAXA DE MORTALIDADE MATERNA POR 100.000 NASCIDOS VIVOS					
ANO	2019	2020	2021	2022	2023*
Nº de óbitos maternos	8	7	13	5	3
Nº de nascidos vivos	13.423	12.670	12.252	11.471	6.563
TXMM	59,6	55,25	106,1	43,59	45,71

c) Gravidez na adolescência

A gravidez na adolescência é definida como gestação que ocorre em meninas com idade entre 10 e 19 anos pela Organização Mundial de Saúde - OMS, e representa uma situação de risco psicossocial, que pode gerar sérios problemas aos jovens que iniciam uma família não intencionada e a sua possibilidade de elaborar um projeto de vida estável.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA					
Faixa etária da mãe	2019	2020	2021	2022	2023*
10 a 19 anos	13,04	11,94	11,12	9,09	5,07

d) Vacinação infantil

A vacina é forma de prevenção de várias doenças imunopreveníveis, uma medida reconhecidamente necessária para a redução da morbimortalidade. Nos últimos anos, Teresina tem apresentado baixa cobertura de vacinação infantil, com índice inferior à média nacional

de 71%. É importante observar que o alcance dessa taxa envolve índices diferentes para cada tipo de vacina. No ano de 2022, a Tríplice Viral D2 apresentou uma das piores coberturas (44,13%), e de acordo com dados atualizados da FMS, a expectativa é de que ela permaneça nessa posição, apresentando-se até o momento da produção desde plano (set/2023), o valor de 14,89%. A seguir, o detalhamento da cobertura vacinal em Teresina nos anos de 2022 e 2023, por tipo de vacina:

DESCRIÇÃO	2022	2023	METAS 2024/2034
BCG	102,66%	85,07%	100%
Hepatite B	74,40	22,93%	95%
Penta	77,24%	54,11%	95%
Tríplice Viral D1	80,70%	56,31%	95%
Tríplice Viral D2	57,64%	39,13%	95%
Cobertura de HPV	16,072	7,721	Não Há
	Doses Aplicadas	Doses Aplicadas	

e) Obesidade infantil

A obesidade refere-se ao acúmulo excessivo de gordura corporal, cuja extensão acarreta prejuízos à saúde dos indivíduos.

A sua etiologia é multifatorial com interação entre fatores genéticos, metabólicos, nutricionais, psicossociais, ambientais e as mudanças no estilo de vida parecem estar envolvidas na sua gênese. (PURNELL IQ, et al., 2018, p. 2).

Dessa forma, exige medidas intersetoriais para garantir o desenvolvimento saudável das crianças, considerando que saúde ultrapassa o conceito da ausência de doenças, mas envolvendo aspectos biopsicossociais.

Em Teresina - PI, no ano de 2022 o percentual de peso elevado em crianças foi de 6,71% e em adolescentes foi de 10,11%. No ano de 2023, esse percentual teve tímida redução, sendo de 5,99% em crianças e 9,74% em adolescentes.

f) Saúde bucal

Durante a infância ocorre a formação da arcada dentária, e os cuidados com a higiene bucal, assim como os hábitos alimentares, são fundamentais para a promoção da saúde bucal dos indivíduos e a prevenção de problemas de saúde.

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde Bucal - 2010, conhecida como Projeto SB Brasil 2010, a cárie dentária é o principal problema de saúde bucal dos brasileiros, situação que melhorou entre os anos de 2003 e 2010, quando os dados indicam que na idade de 12 anos a doença atingia 69% da população em 2003 e apenas 56% em 2010. A pesquisa é realizada a cada 10 anos, e ainda está em fase de produção a versão 2020.

Em Teresina - PI, de acordo com a Fundação Municipal de Saúde - FMS, a cobertura da saúde bucal de crianças e adolescentes nos anos de 2022 e 2023 foi de 95,4 e 94,2%, respectivamente.

A garantia de uma boa cobertura da atenção à saúde bucal da população deve ser promovida através do fortalecimento da atenção básica e a melhoria da qualidade de vida da população. Importante destacar também, que a atenção ao período de pré-natal e puerpério contribui para a preparação dos pais sobre os cuidados com a saúde bucal das crianças (SILVA, 2021).

g) Óbitos infantis

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores frequentemente usados para avaliar as condições de vida de uma sociedade, envolvendo fatores como renda, saneamento básico, escolaridade, cuidados básicos no sistema de saúde, dentre outros.

De acordo com o Ministério da Saúde (2019), a partir de dados da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS, no período de 2010 a 2017, a maior parte dos óbitos infantis ocorreu nas regiões Sudeste (36,3%) e Nordeste (31,5%). As causas evitáveis são responsáveis por 67,2% dos óbitos infantis no País, sendo 75,4% dos óbitos da componente neonatal precoce, 72% da neonatal tardio e 49,1% da pós-neonatal.

Em Teresina a atenção à qualidade de vida das crianças é realizada desde o processo gestacional até os primeiros anos de vida, envolvendo as consultas de pré-natal, vacinação de gestantes e crianças, buscando a prevenção de doenças, e, consequentemente, o enfrentamento da mortalidade infantil. Em 2021, o município apresentou taxa de mortalidade infantil de 12,8 óbitos por 1.000 nascidos vivos, ocorreram, portanto, 157 óbitos infantis, e 77,07% foram por causas evitáveis.

O número de óbitos infantis e o percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis apontam a mortalidade de bebês com até um ano de vida. O percentual de óbitos infantis por causas evitáveis aponta a necessidade de identificar essas causas e como o município pode agir sobre elas, além disso, ressalta a importância de "ser assegurado a

gestante e à criança o acesso em tempo oportuno e integral ao serviço com o nível adequado de complexidade" (BRASIL, 2019, p. 31).

h) Atenção à pessoa com transtorno mental

Integradas ao SUS, as ações de saúde mental seguem, conforme o artigo 196 da Constituição de 1988, diretrizes de descentralização, atendimento integral, com prioridade às atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, e com participação da comunidade.

O debate da atenção à saúde mental é um assunto muito importante e delicado de ser abordado, tendo em vista a própria resistência da família em aceitar o diagnóstico e o tratamento.

Na capital, os achados da pesquisa mostraram os números encontrados tanto dos atendimentos do Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPS'i como do Hospital do Parque Piauí:

Centro de Atenção Psicossocial Infantil-CAPS'i

TRANSTORNO MENTAL	2022	2023
CRIANÇA E ADOLESCENTE	3.730	3.187*

Fonte: FMS, 2023. * Período de referência pesquisado janeiro a agosto de 2023.

Hospital do Parque Piauí

TRANSTORNO MENTAL	2022	2023
CRIANÇA E ADOLESCENTE	889	713

Fonte: FMS, 2023.

As políticas de saúde mental, nos últimos 20 anos, têm passado por importantes e significativas modificações, como resultado do movimento internacional iniciado nos anos 50 em países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Itália, as quais foram influenciadas pelas propostas de medicina preventiva, social, e das noções de equipe interdisciplinar e de novos modelos de gestão em saúde. (GURGEL et al., 2008).

Apesar da definição política da assistência em saúde mental refletir certo consenso conceitual e teórico, na prática, sua aplicação ainda deixa a desejar. Por exemplo, a humanização, como política, está presente em todas as instâncias do SUS e,

consequentemente, também na saúde mental. Entretanto, há muitas dificuldades na integração dos processos de trabalho e nas relações entre os diferentes profissionais que atuam na rede.

Isto gera desafios no que diz respeito à consolidação da rede, à construção dos projetos terapêuticos, à humanização e ao acolhimento, bem como a promoção da vida comunitária, as ações intersetoriais e as questões referentes às equipes, tais como a interdisciplinaridade e a qualificação.

i) Violência Sexual.

Os diferentes olhares sobre crianças e adolescentes em situação de violência sexual são bastante complexos e desafiadores, principalmente no que se refere aos seus direitos de prevenção, atenção e responsabilização, que ainda requerem aprofundamento sobre muitos aspectos, tanto do ponto social e cultural, considerando os comportamentos, as atitudes e os conhecimentos, quanto dos aspectos jurídicos.

De acordo com o Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente,

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (BRASIL, 2002)

O panorama inicial da situação da criança e do adolescente mostra que os dados abaixo relacionados necessitam da prevenção, do atendimento e do enfrentamento às violências sexuais, considerando as políticas públicas precisam ser prioridades na capital, atuando de forma articulada e intersetorialmente.

Os dados de violência abaixo foram arrecadados através do Serviço de Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência Sexual - SANVVIS e nos fazem perceber o impacto negativo que afeta esse público no município de Teresina, porém, nosso papel com a escrita do PMA é contribuir para enlaçar questões dirigidas aos direitos humanos, reverter esses números ao introduzir a mudança de comportamento em assuntos relativos ao corpo, à sexualidade, à afetividade.

VIOLÊNCIA SEXUAL	2022	2023
CRIANÇA	227	190
ADOLESCENTE	210	166

Fonte: Maternidade Dona Evangelina Rosa, SANVVIS, 2023.

É preciso dar voz e garantir a participação de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias sobre questões muito pouco tratadas na sociedade brasileira como as violações sofridas nas esferas intrafamiliar, extrafamiliar, institucional e nas comunidades.

3.2 Educação

O Sistema Municipal de Ensino compreende todas as Unidades de Ensino na esfera municipal, incluindo as públicas, privadas e filantrópicas, bem como os órgãos administrativos da Secretaria Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação, Conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, Conselho de Alimentação Escolar e o Fórum Municipal de Educação.

Quanto ao diagnóstico e dados da Secretaria Municipal de Educação, o município de Teresina, executa desde 2015 o Plano Municipal de Educação de Teresina, com duração até 2025, segundo a Lei 4.737, de 26 de junho de 2015, em vistas ao cumprimento do disposto no art. 214, da Constituição Federal, e na Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Plano Nacional de Educação - PNE.

Desde então tem avançado em suas diretrizes: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; valorização dos profissionais da educação; e promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à liberdade, a igualdade, a justiça e à sustentabilidade socioambiental. Assim como tem acompanhado e avaliado a execução do PME por meio do Fórum Municipal de Educação (TERESINA, 2015).

Atualmente Teresina conta com 171 CMEI'S e 150 Escolas Municipais, sendo 119 escolas de tempo parcial e 31 escolas de tempo integral.

VAGAS PARA CRIANÇAS NO ENSINO INFANTIL	VAGAS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL	CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE TRABALHO INFANTIL
CMEI: (De 0 a 5 anos) 26.019	Ensino Fundamental I Anos Iniciais 1º ao 5º 38.637 Ensino Fundamental II Anos finais 6º ao 9º 24.485	03

Fonte: DAE-GAE-SEMEC.

a) Educação Infantil

EM 8 ANOS	UNIDADES 244	PARTICULARES 49	PÚBLICAS		NOVAS UNIDADES/2021
			CMEIS	ENS. FUND.	
			171	24	08
	0 A 5 ANOS	ALUNOS NA CRECHE	716		
	40.000 alunos atendidos	ALUNOS NA PRÉ-ESCOLA	419		

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (2019/2021) SEMEC.

Para expandir o atendimento das crianças de 0 a 5 anos a Rede Municipal vem promovendo ações de construção, reforma e ampliação de suas unidades educacionais, além da contratação de professores e profissionais da educação e estabelecimento de parcerias para ampliação este número.

Mesmo com os avanços alcançados compreende-se a necessidade de continuidade da ampliação da oferta, posto que impacta significativamente no desenvolvimento infantil na primeira infância, além de reverter diretamente no acesso das mães ao mercado de trabalho, impactando na renda familiar.

b) Do Ensino Fundamental

Quanto ao Ensino Fundamental que compreende alunos de 06 a 14 anos, o município de Teresina apresentou crescimento progressivo do percentual da população de 06 a 14 anos que frequenta a escola.

ALUNOS DE 06 A 14 ANOS	2015	2021
PERCENTUAL DE MATRÍCULAS	88,48%	97,54%

Fonte: Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (2019/2021) SEMEC.

E vem adotando, entre as estratégias para garantir o acesso e a permanências, a "Busca Ativa" de crianças e adolescentes fora da escola em parcerias com órgãos públicos da Assistência Social, Saúde e Proteção à infância, adolescência e juventude com acompanhamento junto às famílias, por meio de visitas domiciliares. Bem como, tem executado dentro das escolas projeto como: ESCOLA FAMÍLIA que propõe fortalecer as relações escola, família e comunidade, além de trabalhar a efetividade das políticas públicas para garantia do direito à Educação e o FORTALECENDO LAÇOS o qual busca promover a convivência e o fortalecimento de vínculos de forma lúdica, estimulando a criatividade, autonomia, confiança e desenvolvimento de habilidades no ambiente escolar.

e) Educação de Jovens e Adultos - EJA, Ensino Profissionalizante e apoio ao Estado na execução do Ensino Médio

Em relação aos adolescentes de 15 a 18 anos a SEMEC oferece a modalidade de Educação de Jovens e Adultos - EJA para os adolescentes que não concluíram o Ensino Fundamental até os 14 anos, bem como apoia a execução do Ensino Médio realizada pela Secretaria de estado da educação - SEDUC.

ALUNOS DE 15 A 18 ANOS	2022
QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS SEMEC	6.179
QUANTITATIVO DE MATRÍCULAS SEDUC	25.070

Fonte: DNEP, 2023.

No ano de 2017, foi criado o "Pacto Pela Aprendizagem", com a expectativa de aprimorar a qualidade do ensino e aprendizagem das escolas públicas da rede estadual do Piauí. A proposta foi construir um conjunto de ações a curto, médio e longo prazo, com o

objetivo de elevar o grau de proficiência dos alunos da rede pública estadual em todos os níveis de ensino, priorizando o ensino médio. Corrigir o fluxo educacional e garantir educação na idade certa, reduzir os índices de distorção idade-série, de evasão, e de abandono em todos os níveis educacionais, com metas específicas para cada etapa de ensino (PIAUI, 2023).

d) Incentivo ao Esporte

Para a melhora tanto espaços físicos das escolas, quanto para a construção de uma cultura de paz, e de permanência na escola dos nossos adolescentes e jovens incentivar o esporte e lazer em todas as faixas etárias por meio de atividades como a dança, a música, o teatro, o resgate das atividades esportivas na própria comunidade são estratégias de minimizar e combater a problemática da evasão escolar e o uso de drogas.

Atualmente além das aulas regulares de Educação Física são oferecidas outras modalidades esportivas para os alunos da Rede Municipal de Educação por meio de parcerias e projetos, bem como pela realização do Jogos das Escolas Municipais de Teresina - JET's que oferecem competições de modalidades individuais e coletivas, como por exemplo:

MODALIDADES ESPORTIVAS
FUTEBOL
HANDEBOL
XADREZ
JUDÓ
NATAÇÃO
BASQUETE

Fonte: Divisão de Esportes/SEMEC, 2023.

e) Considerações da X Conferência Municipal do CMDCAT

Em conformidade com o Relatório da X Conferência Municipal do CMDCAT (TERESINA,2023), as propostas elencadas como resultantes dos eixos na área da educação apontam para a criação nas escolas de caixas de sugestões e reclamações que ao final de cada mês sejam encaminhadas para a SEMEC, visando garantir aos alunos alimentação nutritiva e do interesse deles, o oferecimento do reforço escolar no contraturno para os alunos com

24

dificuldades no aprendizado. Outra questão apontada foi garantir que a Lei nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a prestação de serviços na área da psicologia e do serviço social funcione para atender as necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação. (TERESINA,2023).

Para o acompanhamento nutricional da alimentação escolar a partir do ano de 2021 a SEMEC vem passando por mudanças a fim de melhorar a logística da merenda e aceitação do cardápio pelos alunos, por meio das seguintes ações: contratação de nutricionistas; monitoramento da Alimentação; teste de aceitação da alimentação escolar por parte dos alunos; atividades de Educação Nutricional nas escolas; curso de Capacitação de Mercendeiras, integrando gestores e funcionários da cozinha; e visitas regulares aos fornecedores prezando pela qualidade dos alimentos.

AÇÕES LIGADAS À DIMENSÃO NUTRICIONAL	De 2021 a 2023.
CONTRATAÇÃO DE NUTRICIONISTAS	Ampliação de 4 para 18 profissionais.
MONITORAMENTO DA ALIMENTAÇÃO	Visitas e monitoramentos via aplicativo de WhatsApp.
PROJETO CRESCER SAUDÁVEL NA ESCOLA	Realizar avaliação antropométrica nas unidades de ensino da rede municipal para estimar o estado nutricional (desnutrição, eutrofia, sobrepeso e obesidade) do alunado. 81 Unidades de ensino participam do projeto.
TESTE DE ACEITAÇÃO	O Teste de aceitação da merenda é realizado na escola após o lanche. 80 já fizeram o teste.
ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL	Palestras e atividades lúdicas para ajudar os alunos a desenvolverem hábitos alimentares saudáveis. Realizadas atividades em 60 escolas da rede.
VISITA AOS FORNECEDORES	As visitas têm o objetivo de averiguar as condições higiênicas sanitárias e de demanda da oferta. Já foram realizadas 10 visitas técnicas a estabelecimentos de armazenamento e produção de alimentos perecíveis e não perecíveis e visitas técnicas ao plantio de 05 associações da agricultura familiar.

Fonte: Divisão de Nutrição/SEMEC, 2023.

Todas essas mudanças são pautadas nas Normas do Plano Nacional de Alimentação Escolar - PNAE que no ano de 2020 passou por reajustes, sendo restrito e proibido o uso de

25

alguns alimentos a depender da modalidade de ensino, como: açúcar, embutidos, enlatados, entre outros. A partir de então iniciou-se uma mudança nos cardápios de forma gradativa, restringindo o uso de calabresa, sardinha, açúcar, sucos, bebida láctea e achocolatado. Atualmente adota-se um cardápio adequado com a resolução do PNAE.

Com a conquista da Lei Federal nº 13.935 de 11 de dezembro de 2019 que "dispõe sobre a prestação de Serviços de Psicologia e Serviço Social nas Redes Públicas de Educação Básica" (BRASIL, 2019); a SEMEC, que já disponibilizava historicamente esses profissionais na Divisão de Assistência ao Educando - DAE, localizada na sede desta Secretaria, a qual é responsável pela elaboração e coordenação de planos, programas e projetos que contribuem com o aprendizado do aluno, por meio do fortalecimento da relação escola-família; passou, no ano de 2023, a contar com mais 11 Psicólogos(os) e 13 Assistentes Sociais nomeados em concurso público e lotados nas Escolas Municipais, onde foram criados 11 Núcleos de Assistência ao Educando - NAEs, distribuídos por zonas da capital:

NÚCLEOS	ZONAS
1. NAE E.M. PROF.ª MARIA DO SOCORRO PERREIRA DA SILVA 2. NAE E.M. JOSÉ ALTO DE ABREU 3. NAE E.M. PARQUE PIAUÍ 4. NAE E.M. SIMÕES FILHO	SUL
5. NAE E.M. PROF.ª JOÃO PORFÍRIO DE LIMA CORDÃO 6. NAE E.M. PROF.ª UBIRACI CARVALHO	SUDESTE
7. NAE E.M. JOCA VIEIRA 8. NAE E.M. OLÍMPIO CASTRO DE OLIVEIRA	LESTE
9. NAE E.M. POETA DA COSTA E SILVA 10. NAE E.M. DO MOCAMBINHO 11. NAE E.M. MURILO BRAGA	NORTE

Fonte: Divisão de Assistência ao Educando (DAE/SEMEC, 2023).

Percebe-se que pelo quantitativo atual de escolas municipais e CMEIs (321) este número ainda se mostra insuficiente para cobertura da rede. Destaca-se ainda que para consolidação dos profissionais tanto da Nutrição, quanto da Psicologia e do Serviço Social na política de Educação, faz-se necessário não apenas a contratação, como também viabilidade

26

de uma estrutura física para acolhê-los em suas demandas no ambiente escolar, formação continuada e equipamentos de trabalho adequados.

D) Atendimento a crianças e adolescentes com demandas de Saúde Mental e/ou Deficiências

Estima-se que 1 em cada 5 adolescentes enfrentará problemas de saúde mental, os casos têm crescido nos últimos 25 anos (SEMEC, 2023). E segundo dados da ABD - Associação Brasileira de Dislexia; uma média de 10% dos escolares, apresentam Transtorno de Aprendizagem, faixa etária dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino de Teresina.

Considerando essas demandas a SEMEC realiza projetos temáticos nas escolas; bem como oferta serviços como o Centro Municipal de Atendimento Multidisciplinar - CMAM composto por equipe multidisciplinar de Psiquiatra, Neuropediatra, Psicopedagogos, Psicólogos, Fonoaudiólogos, Terapeutas Ocupacionais e Serviço Social, que realizam atendimento médico e terapias.

Relatório anual de atendimentos CMAM - 2017 a 2023.

ANO	ATEND. MÉDICO DE 1ª VEZ	ATEND. MÉDICO RETORNOS	ALUNOS EM TERAPIAS	NÚMEROS DE SESSÕES TERAPÊUTICAS	TERAPIAS (VIA SUS E PARCELI-AS)	EXAMES E CONSULTAS PARA OUTRAS ESPECIALIDADES VIA SUS	ÓCULOS	MEDICAÇÃO	ATENDIDOS COM LANCHE
2017	424	528	65	5.537	141	570	05	95	918
2018	439	1.023	105	13.320	269	723	15	110	1.348
2019	366	1.230	105	13.320	107	872	33	159	1.121
2020	70	465	36	2.000	97	291	04	90	281
2021	106	1.112	82	9.960	342	1.253	17	277	215
2022	151	977	111	5.447	184	873	12	229	1.283
2023	186	652	149	6.300	65	699	15	122	1.737
TOTAL	1.742	5.558	653	55.884	1.205	5.277	101	1.082	6.903

Fonte: Realização de Avaliação Psicológica:37. Dados até julho/2023.

Assim como dispõe de uma Divisão de Educação Inclusiva - DEI que auxilia as escolas no atendimento relativo aos alunos público-alvo da Educação Especial - PAEE, monitoramento técnico e organização ao Atendimento Educacional Especializado - AEE, carteira adaptado, verifica a necessidade de auxiliares de apoio à inclusão para que a

27

Secretaria Municipal da Educação - SEMEC possa fazer o envio às escolas municipais. Realiza também acompanhamento da formação das turmas de AEE a cada ano e aos dados que os professores enviam, como os planos de AEE, fichas dos alunos, para que possa tomar providências caso as salas de Recursos Multifuncionais ou os professores necessitem de apoio deste setor.

ZONAS	SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS
ZONA URBANA	63
ZONA RURAL	09
ADJACENTES	249
TOTAL DE ESCOLAS ATENDIDAS	321

Fonte: Divisão de Educação Inclusiva (DEI/SEMEC, 2023).

Em relação ao atendimento aos alunos surdos, foi realizado o levantamento da demanda de alunos surdos e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais - Libras no município, e no período pandêmico foi realizado um projeto piloto de forma remota com um grupo de alunos que foi bem avaliado pelas famílias, e o projeto segue sendo reformulado para implementação em modelo presencial. E para essa oferta na perspectiva bilingue, há capacitação de profissionais tanto da área da educação como de outros setores com cursos de Libras a nível: básico, intermediário, avançado e conversação, semestralmente ofertados e com periodicidade semanal.

Dentro das formações, a partir do Projeto "ACESSIBILIDADE PARA ALUNOS, PROFESSORES E SERVIDORES COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA REDE MUNICIPAL DE TERESINA - PI", haverá capacitação de profissionais do município em curso de Braille, mobilidade e orientação no ano de 2024, para ampliar a inclusão deste público em todos os setores municipais, principalmente na educação.

Necessita-se ainda ampliar as formações na perspectiva inclusiva, através da criação do cargo de intérprete a nível municipal para contratação de profissionais mais qualificados na inclusão de alunos surdos, assim como a criação do cargo de professor de atendimento educacional especializado, que tenham a formação básica para investidura no cargo.

É notória a importância do crescimento da quantidade e qualidade de escolas no município, em todos os níveis de ensino, muito ainda precisa ser feito na área da educação como o alargamento do processo de inclusão social através da educação inclusiva, da

acessibilidade, dos estímulos ao aprendizado e consequentemente a autonomia dos adolescentes com vistas ao acesso ao mercado de trabalho.

3.3 Proteção

A Proteção Social no Brasil, como ressalta Mesquita *et al* (2017) se desenvolveu principalmente através da consolidação do SUAS a partir da década de 2000, com sua transformação e ampliação que abrangeu a garantia de direitos a populações em situação de vulnerabilidade através de serviços e benefícios.

Sendo assim, após a Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, o marco na efetivação se deu em dois momentos, em 2004 com a Política Nacional de Assistência Social e 2005 com o Sistema Único da Assistência Social, a Proteção Social aparece de forma mais efetiva e presente. Ressalta-se ainda a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que desenhou a sua operacionalização em seus dois níveis e divisões (Básica e Especial), correspondendo as complexidades e especificidades das demandas estabelecidas.

Desta forma, em relação a Proteção Social Básica temos que são ofertados serviços que objetivam prevenção a agravos no que tange às vulnerabilidades e fragilização de vínculos, através principalmente do Trabalho Social com Famílias e atividades socioeducativas. Já na questão da Proteção Social Especial se apresenta as demandas inseridas no contexto de risco social, violação de direitos e rompimentos de vínculos. Sobre a Proteção Social inserida na Política de Assistência Social, temos que:

A proteção social da Assistência Social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória do seu ciclo de vida, por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofertas à dignidade humana. [...] Em suas ações produz aquisições materiais, sociais, socioeducativas ao cidadão e cidadã e suas famílias para suprir suas necessidades de reprodução social de vida individual e familiar; desenvolver suas capacidades e talentos para a convivência social, protagonismo e autonomia (BRASIL, 2005, p.89).

Em relação à Proteção Social para crianças e adolescentes, vislumbra como importante o desenho da Política de Assistência Social no município de Teresina como importante traçado de execução de políticas públicas em que considera como eixo a matriz sociofamiliar, considerando o público criança e adolescente como componente central em programas e serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social, executados no município.

A cidade de Teresina, por meio da SEMCASPI dispõe de uma rede de atendimento distribuída em todo o território municipal (zona urbana e rural) composta por 73 Unidades – incluindo a sede – que ofertam:

- 11 modalidades de serviços socioassistenciais - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (CRAS); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV (Em todos territórios, vinculados aos CRAS); Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI (CREAS); Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida -LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC; Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência (Centro Dia PCD, Centro Dia Microcefalia), idosas e suas famílias; Serviço Especializado para pessoas em situação de rua (Centro POP); Serviço de Acolhimento Institucional (Longa Permanência e Albergue); Serviço de Acolhimento em Repúblicas; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências; Serviço Especializado em Abordagem Social. Todos serviços tipificados pelo CNAS (Resolução nº 109/2009).
- 12 modalidades de benefícios e serviços de cidadania - Auxílio natalidade, Cestas básicas, Auxílio Financeiro, Auxílio Funerário (plantão), Distribuição de Kits (higiene, limpeza e acolhimento), Cidade Solidária (aluguel social para famílias com residências comprometidas em decorrência de desastres/chuvas/alagamentos), Emissão de Passes Livres (Municipal para Pessoas Idosas, Intermunicipal para pessoas Idosas, Municipal para PCD's, Interstadual para PCD's), Emissão de Carteira de Trabalho Digital, Encaminhamentos para 2ª via de Certidão de Nascimento.
- 03 programas - Cadastro Único para Programas Sociais, Criança Feliz e Teresina Cuida de Você, responsável pela execução de três projetos: Segurança Alimentar e Nutricional (distribuição de cestas básicas), Restaurante Popular (oferta de refeições gratuitas à população em situação de rua) e Cidadania (emissão de documentação civil, passes livres, CadÚnico, além de outros serviços ofertados com 35 (trinta e cinco) parceiros, como saúde, educação, esporte, lazer, Defensoria Pública, Detran).
- 02 projetos - Abraça Nós - Inclua e Capacite (promoção da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho), e Mãe Teresinense (atendimento integral a gestantes e recém-nascidos, em parceria com a Fundação Municipal de Saúde - FMS e a Secretaria Municipal de Políticas Integradas para Mulheres - SMPM).
- 01 serviço Disque Cidadania com uma central para recebimento e encaminhamentos de denúncias sobre violação de direitos humanos.

A rede oferta atendimento à população mais atingida pela pobreza e extrema pobreza, e que, em geral, vivencia diversas violações de direitos (maus tratos, negligência, diversas formas de violência, abandono, situação de rua, trabalho infantil), situações que afetam mais severamente crianças e adolescentes.

Dessa forma, se compreende que é relevante refletir sobre as especificidades relacionadas ao ciclo de vida da infância e adolescência dentro da perspectiva de uma trajetória marcada por privações que demandam ações concretas para sua superação. A seguir, aponta-se alguns números importantes sobre a execução dos serviços para crianças e adolescentes e famílias no município de Teresina, como subsídio para reflexões da execução de políticas públicas que garantam a efetiva Proteção Social a este público.

3.3.1 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Dentro da Proteção Social Básica, dois serviços são marcantes na execução da política pública de Assistência Social, como já mencionado anteriormente. Sendo assim, abaixo se relaciona dois dados importantes, o volume de acompanhamento familiar realizado pelas equipes técnicas do PAIF (principalmente assistentes sociais e psicólogos), ou seja, em que se realiza a metodologia de Trabalho Social com Famílias e dados sobre atendimentos a crianças e adolescentes que estão inscritos e participando do SCFV, como também referente ao público prioritário por território, ou seja, adolescentes e crianças que se encontram nas seguintes situações: isolamento, trabalho infantil, violência ou negligência, fora da escola, em cumprimento de medida socioeducativa, abuso/exploração sexual, em medidas de proteção do ECA, situação de rua e crianças e adolescentes com algum tipo de deficiência como também por território.

a) Serviço de Atenção Integral à Família

Quadro 1: Volume de famílias acompanhadas pelo PAIF

DADOS	JANEIRO A DEZEMBRO/2022	JANEIRO A JUNHO/2023
Volume de famílias acompanhadas pelo PAIF	5949	6428

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA, 2022/2023.

O quadro mostra um aumento, ainda que tímido, da cobertura de acompanhamento familiar em Teresina no ano de 2023. Esse dado pode estar relacionado a principalmente dois fatores: o aumento no quadro da equipe técnica, que neste ano foram efetivados 11 psicólogos e 08 assistentes sociais. Outro fator é o aumento das condições de vulnerabilidade decorre do cenário pandêmico e da questão política dos últimos anos que podem ter contribuído para o crescente número de famílias que precisaram de acompanhamento familiar.

b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Quadro 2: Volume de Atendimentos SCFV

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS DE MODO COLETIVO - SCFV	QUANTIDADE NO MÊS DE REFERÊNCIA
Crianças de 0 a 06 anos participando do SCFV *(Público Prioritário)	156
Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos participando dos SCFV *(Público Prioritário)	1.616
Adolescentes e jovens de 15 a 17 anos participando dos SCFV *(Público Prioritário)	397
Adultos de 18 a 59 anos participando dos SCFV*	552
Idosos participando dos SCFV *(Público Prioritário)	1.582
Pessoas com deficiência participando dos SCFV ou dos grupos do PAIF*	318

Fonte: SEMCASPI/PMT. Dados computados até mês Junho/2023

No que tange os números do SCFV, observa-se que a faixa etária de 07 a 14 anos compreende em sua maioria do público atendido nos grupos e centros de convivência entre rede direta e indireta, seguidos do público adolescentes entre 15 a 17 anos. O que reflete em ações e atividades que priorizam a formação de pensamento crítico em temas socioambientais e socioeconômicos que promovam convivência social e uma melhor relação com a comunidade em que vivem, com o desafio de planejar atividades que sejam compatíveis com os ciclos etários de forma participativa e em consonância com metodologias atuais.

Em seguida, apresenta-se o número do quantitativo do público prioritário por território em relação ao público total. Ressaltando as vivências das situações que foram elencadas no escopo do plano, tais quais se destinam a inclusão, acompanhamento e intervenção para não agravamento que limitam o público no exercício da convivência social e outros direitos socioassistenciais garantidos nas normativas legais.

32

Quadro 3: Detalhamento do SCFV por região do quantitativo de usuários

TERRITÓRIOS / REGIÕES	TOTAL DE USUÁRIOS	USUÁRIOS PÚBLICO PRIORITÁRIO
Norte	1.813	629
Leste	854	201
Sul	1.434	765
Sudeste	342	58
TOTAL	4.443	1.653

Fonte: SEMCASPI/PMT. Dados computados até mês Junho/2023.

As regiões Norte e Sul, como pode-se perceber nos dados, aparecem como maiores no atendimento ao público criança e adolescentes do SCFV, sendo que em relação ao público prioritário, a região Sul tem o maior quantitativo de atendimento especial às situações prioritárias.

No que se refere ao Programa Criança Feliz, que objetiva promover uma maior estimulação cognitiva e social para crianças inseridas em contextos de vulnerabilidade, a cidade de Teresina apresenta até o mês de junho de 2023 os dados abaixo:

c) Programa Criança Feliz

Quadro 4: Volume de Atendimentos Programa Criança Feliz (PCF)

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ - PCF	QUANTIDADE
Novas famílias inseridas no acompanhamento do PCF	683
Famílias desligadas do Programa Criança Feliz	674
Gestantes e suas famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil (PAB) e Posteriormente Programa Bolsa Família no mês de referência Junho/2023	80
Gestantes e suas famílias NÃO beneficiárias do PBF e Posteriormente Programa Auxílio Brasil (PAB) no mês de referência Junho/2023	1.659
Crianças de 0 a 36 meses e suas famílias beneficiárias do PBF Posteriormente Programa Auxílio Brasil (PAB) no mês de referência Junho/2023	04
Crianças de 0 a 36 meses e suas famílias NÃO beneficiárias do PBF e Posteriormente Programa Auxílio Brasil (PAB) no mês de referência Junho/2023	07
Crianças de 0 a 36 meses com deficiência e suas famílias beneficiárias do BPC no mês de referência Junho/2023	00

Crianças de 37 a 72 meses com deficiência e suas famílias beneficiárias do BPC no mês de referência Junho/2023	06
Volume de visitas domiciliares realizadas no PCF no mês de referência Junho/2023	5.865

Fonte: SEMCASPI/PMT. Dados computados até mês/2023.

Considera-se que o PCF em Teresina tem um volume considerável de visitas realizadas no presente ano, lembrando que ele é executado de forma territorial, com equipes de visitadoras e supervisora que acabam sendo um elo entre as famílias e as políticas públicas, de forma que otimizam os serviços disponíveis para a "primeira infância", articulando os benefícios e programas da Proteção Social Básica.

3.3.2 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

No sentido de garantir a proteção aos agravos e complexidades que envolvem o risco social, a violação de direitos e as vivências relacionadas às violências e situações de fragilização ou rompimento de vínculos, os serviços e programas da Proteção Social Especial compreende nos seus níveis: média e alta complexidade.

Em relação aos serviços e programas ofertados pela Alta Complexidade, tem-se que em Teresina atualmente 5 instituições de acolhimento, dispostas nos dados do quadro abaixo, no qual aponta o número de crianças e adolescentes em acolhimento.

a) Acolhimento institucional de crianças e adolescentes

Quadro 5: Número de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

CASAS DE ACOLHIMENTO	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022	JANEIRO A JULHO DE 2023
Casa Reencounter	29	32
Casa de Pumaré	08	07
Casa Dom Barreto	81	31
Casa Savina Petrilli	36	31

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA.

Diante da realidade atual dos povos refugiados, Teresina também apresenta crianças e adolescentes institucionalizados em abrigos para indígenas warão advindos da Venezuela. Desta forma, relaciona os números a seguir:

34

b) Crianças e adolescentes em abrigos para famílias venezuelanas warão

Quadro 6: Número de Crianças e Adolescentes venezuelanas warão

CASAS DE ACOLHIMENTO/ ABRIGO	AGOSTO DE 2023
KAJONOKO/ Piratinga	34
KAUBANOKO/ CSU	17
UNIDADE DE ACOLHIMENTO/ EMATER	68
TOTAL	119

Fonte: SIMAPP SEMCASPI Agosto de 2023

Dessa forma, a rede de acolhimento institucional municipal se apresenta disposta a garantir que crianças e adolescentes em situação de risco social e com vínculos precários ou rompidos e articulado com as demais instâncias de Proteção e Defesa.

c) Crianças e adolescentes em situação de Trabalho Infantil

O trabalho infantil em Teresina tem se mostrado como desafiador em termos de notificação, identificação, encaminhamento e acompanhamento. Após o redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI a política de enfrentamento se destina em ações estratégicas de articulação entre as redes socioassistenciais e intersetoriais, participação em fóruns e comitês em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, promoção de atividades lúdicas, culturais e mobilização. Os números que aparecem são considerados insipientes/ insatisfatórios pela demanda do trabalho infantil que se percebe na observação nos logradouros públicos, comércio das mais variadas formas e contextos de exploração da mão de obra infantojuvenil. dessa forma, o quadro mostra um quantitativo pequeno de crianças em trabalho infantil, mesmo diante do percentual de crianças notificadas nos espaços da rua pela equipe de Agentes de Proteção Social - APS.

Quadro 7: Número de Crianças e Adolescentes em situação de Trabalho Infantil atendidas nos CREAS e identificadas pelo SEAS

DADOS	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022	JANEIRO A JUNHO DE 2023
Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil inseridas no PAEFI (CREAS)	2	5
Crianças e adolescentes identificadas no espaço da rua por profissionais do	78	22

33

SEAS (CREAS e Centro POP)		

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA.

Nesse cenário desafiador, tem-se realizado encontros com a rede e gestão para otimizar o registro de identificação, notificação, encaminhamento e acompanhamento. o que já mostra avanços em relação a 2022, no qual apenas 2 casos foram registrados, até o presente 5 crianças e adolescentes foram notificados e assistidos pela rede socioassistencial.

d) Crianças e adolescentes vítimas de violência: sexual, física, negligência, maus tratos, doméstica.

Além da situação de trabalho infantil, outras formas de violação de direitos a crianças e adolescentes são identificadas como demanda da Proteção Social Especial que necessita de atenção e são principalmente atendidas nos Conselhos Tutelares para que sejam devidamente encaminhadas para a rede de Proteção.

Quadro 8: Atendimentos dos Conselhos Tutelares de Teresina

ATENDIMENTO A VIOLAÇÃO DE DIREITOS IDENTIFICADOS	QUANTIDADE
Total dos atendimentos dos Conselhos Tutelares de Teresina	1.858
NATUREZA DA VIOLAÇÃO	QUANTIDADE
Abandono de Incapaz	132
Abandono Material	08
Abandono Moral	10
Abuso Sexual	144
Aliciamento	14
Alienação Parental	68
Ameaça de Morte	08
Ato Infracional	14
Bullying	04
Cárcere Privado	01
Comportamento Agressivo	64
Conflito entre Vizinhos	16
Conflito Familiar	224
Conflito na Escola	39
Conflito por Benefício	00
Desaparecimento	01
Disputa e Guarda	123

35

36

Estupro de Vulnerável	05
Evasão Escolar	80
Exploração Sexual	08
Fuga do Abrigo	02
Fuga do Lar	19
Maus Tratos	64
Negligência	591
Privação de Acesso ao Serviço Público	197
Retenção de Documentos	01
Situação de Risco Pessoal e Social	100
Situação de Rua	03
Trabalho Infantil	17
Tráfico de Crianças	0
Usuário de Substâncias Psicoativas	33
Violência Física	167
Violência Psicológica	115
TOTAL	2.272

Fonte: SEMCASPI/PMT. Dados computados até Julho/2023.

Segundo os dados acima, dos 1.858 atendimentos, a negligência lidera como uma das formas de violação mais presente com 591 atendimentos, seguidas do conflito familiar com 224 e privação de acesso a serviços públicos com 197 que mostra a necessidade de cada vez mais promover ações de convivência familiar e social e geração de oportunidades de lazer e cultura, além de garantir políticas públicas cada vez mais eficientes que incluam crianças e adolescentes.

Na perspectiva de Proteção, os Conselhos Tutelares aparecem como equipamento socioassistencial e inserido no Sistema de Garantia de Direitos. Na cidade de Teresina existem 7 distribuídos em todas as regiões, sendo que no Norte e Sul são 2 por território, por conta da demanda, conforme podemos observar no montante de atendimentos refletidos nas demandas registradas até julho de 2023.

Quadro 9: Ação das Políticas Integradas - Dados Atendimentos por Região

COORDENADORIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS - CONSELHOS TUTELARES	QUANTIDADE (TOTAL)			
	NORTE	SUL	LESTE	SUDESTE
Atendimentos (famílias e/ou indivíduos) realizados pelos Conselhos Tutelares de Teresina	684	632	257	285

Fonte: SEMCASPI/PMT. Dados computados até Julho/2023.

37

No âmbito da Média Complexidade, em que as violações aparecem inseridas no contexto sociofamiliar e que ainda são identificados vínculos, ainda que fragilizados ou precários pelas ocorrências de situações nas quais os direitos de crianças e adolescentes são violados. Na intervenção dessas situações, tem-se que o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos se mostra como estratégia com o Trabalho Social mais específico a superação desse contexto. Nesta perspectiva, apresenta-se os números relativos aos atendimentos das demandas do público criança e adolescentes no PAEFI:

Quadro 10: Número de Crianças e Adolescentes vítimas de violências que foram encaminhadas e inseridas em acompanhamento pelo PAEFI, nos CREAS de Teresina

DADOS	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022	JANEIRO A JUNHO DE 2023
Crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física e psicológica) - C1	49	19
Crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual - C2	84	38
Crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual - C3	09	01
Crianças e adolescentes vítimas de negligência ou abandono - C4	18	44

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA.

Como podemos observar, a maior demanda em que a equipe técnica do PAEFI participa com mediações e intervenções é em relação a casos de negligência, seguidos de abuso sexual e violência intrafamiliar. Esse quantitativo reforça os números de atendimento dos conselhos tutelares obtidos, destacando a especificidade do abuso sexual como violência presente e que necessita de serviços e programas, além de articulação com as demais redes para seu enfrentamento.

Um outro ponto para retratar a Proteção Social para crianças e adolescentes é quando o adolescente se envolve em atos infracionais, ou conflito com a Lei. Nesse caso, é garantido que o mesmo seja atendido em atividades socioeducativas que promovam um redirecionamento de vida, resgate de vínculos comunitários e outros aspectos direcionados a redesenho projetos de vida. A seguir apresenta-se o volume de adolescentes que estão em cumprimento de medidas socioeducativas acompanhadas pelos orientadores sociais e referenciadas nos CREAS presentes nas regiões da capital.

38

e) Adolescentes em conflito com a Lei

Quadro 11. Volume total de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC) nos CREAS

DADOS	JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022	JANEIRO A JUNHO DE 2023
Volume de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC) - J1	237	193 (média)

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA.

Em relação à média complexidade, observa-se o volume das famílias acompanhadas pelas equipes de profissionais nos 05 CREAS, através do PAEFI, que até o mês de junho somavam-se 889 famílias que participam das mediações propostas no Trabalho Social pelas equipes nas unidades, conforme quadro abaixo:

f) Famílias acompanhadas pelo PAEFI em Teresina.

Quadro 12. Volume total de famílias acompanhadas pelo PAEFI

DADOS	JANEIRO A DEZEMBRO/2022	JANEIRO A JUNHO/2023
Volume de famílias acompanhadas pelo PAEFI	860	889

Fonte: Relatório Mensal de Atendimento - RMA.

Da mesma forma que nas unidades de CRAS se percebeu um aumento na cobertura de acompanhamento familiar pelas equipes, na Proteção Social em sua média complexidade observou-se já uma maior incidência na taxa no ano de 2023, mesmo de forma ainda reduzida, mas se projeta que até o final de 2023 terá um impacto no Trabalho Social com famílias na perspectiva da Proteção Social Especial de média complexidade.

3.3.3 DADOS DO CADÚNICO

Um instrumento para vislumbrar a política de Assistência Social no que tange uma base de informações sobre a população assistida pelos programas sociais do Governo Federal é o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Sobre o público criança e adolescente em Teresina, tem-se os seguintes dados referentes ao quantitativo de inscritos:

Quadro 13: Público no Cadastro Único

	MASCULINO	% MASCULINO	FEMININO	% FEMININO	TOTAL*	% ETÁRIA TOTAL
Entre 0 e 4	16.974	50,19%	16.848	49,81%	33.822	8,23%
Entre 5 a 6	8.174	50,70%	7.948	49,30%	16.122	3,92%
Entre 7 a 15	36.273	50,98%	34.882	49,02%	71.155	17,31%
Entre 16 a 17	8.016	51,26%	7.621	48,74%	15.637	3,80%

Fonte: Matriz de Informação Social (SENARC/SAGI) - CECAD/MDS Julho/2023 * Este total não inclui pessoas cadastradas sem informação de sexo.

Os dados apontam que a faixa etária com maior incidência de inscritos é de 7 a 15 anos, corroborando com o quantitativo de crianças e adolescentes que participam do SCFV nos grupos e centros de convivência nos territórios da cidade de Teresina. No recorte de sexo/gênero tem-se que há uma certa paridade, ainda que uma pequena porcentagem maior de crianças e adolescentes do sexo masculino. Uma outra faixa etária importante é a de 0 a 4 anos, que corresponde a primeira infância, representando 8,23% do total de inscritos no CadÚnico.

4 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ODS é a sigla para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que fazem parte da chamada "Agenda 2030". Trata-se de um pacto global assinado durante a Cúpula das Nações Unidas em 2015, pelos 193 países membros.

Reúne 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que abrangem diferentes temas, relacionados a aspectos ambientais, sociais e estimula ações relacionadas às necessidades humanas, como a saúde e a educação e são voltadas para a melhoria do bem-estar da população como um todo, sem comprometer a qualidade de vida das próximas gerações.

A Agenda 2030 reúne 17 objetivos de desenvolvimento sustentável e 169 metas, criadas para erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que o planeta oferece.

A Matriz Lógica que trataremos a seguir, está em consonância com os ODS.

39



5 CONCEITOS DA MATRIZ LÓGICA

A Matriz Lógica utilizada por Teresina para a elaboração do Plano Municipal da Infância e a Adolescência-PMIA está em consonância com o diagnóstico apresentado, foram elencados 20 problemas centrais, a serem enfrentados de forma intersetorial em prol das crianças e adolescentes, o seu detalhamento é composto pelos seguintes elementos:

Área Temática: é aquilo que se pretende alcançar, executar, a categoria/tema em que o trabalho será submetido, respeitando o contexto e a direção a ser tomada.

Problema central: é o guia de todos os outros elementos metodológicos do plano, revela uma situação concreta negativa, identificada como prioritária, capaz de ser resolvida ou atenuada pelo Município até 2033, o enfrentamento do problema deve ocorrer de forma intersetorial em prol das crianças e adolescentes do município.

Objetivos de impacto: revela a transformação da situação negativa, podendo gerar resultados positivos em situações futuras. Cada problema central coaduna com um objetivo de impacto, na Matriz Lógica os objetivos de impacto, estão associados aos ODS.

ODS: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável coordenados pela Organização das Nações Unidas-ONU, estão cooperando para que possamos alcançar a Agenda 2030 no Brasil, é um apelo global à ação para abolir a pobreza, resguardar o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas possam desfrutar de paz e de prosperidade em todos os lugares.

Resultados esperados/metos: situação concreta que deverá ser atingida ao final da execução das ações e/ou projetos. A matriz Lógica contempla os resultados esperados, associados também às metas dos ODS. Cada resultado esperado/meta possui pelo menos um indicador de resultado, que permite acompanhar, por meio de fatos ou de dados, em que medida o resultado esperado está sendo alcançado. Cada indicador de resultado possui um meio de verificação.

Meios de verificação: mostra onde o indicador de resultado pode ser obtido, acessado ou localizado.

Ação/projeto: meios que serão utilizados para alcançar o resultado esperado/meta aos quais foram associados. Portanto, deve haver total compatibilidade entre a ação ou projeto e o seu respectivo resultado esperado/meta. A cada ação/projeto estão associados seus respectivos elementos descritivos. A Matriz Lógica do PMIA de Teresina prevê a realização de 20 Ações.

Responsáveis: é a equipe que irá executar as atividades, ou seja, profissionais, órgãos ou setores competentes, que têm o papel de se responsabilizar pela execução de cada ação ou projeto.

Datas: marcam o período que irá começar a ação e o término, admitindo o seu acompanhamento. Ao explicitar os prazos de cada uma das ações/projetos, é possível diferenciar ações de curto, médio ou longo prazo, bem como ações pontuais de ações contínuas, além de permitir o encadeamento lógico de ações dependentes entre si.

Fonte de recursos: aponta para a origem do financiamento das ações/projetos propostos. A identificação da fonte de recursos auxilia a trazer materialidade ao Plano e impede que o Plano seja composto de ações inviáveis do ponto de vista de seu financiamento. Pode ser indicado a secretária, fundo ou órgão que viabilizará a ação ou o projeto vinculado.

Envolvidos: são os atores sociais que contribuem para a execução da ação/projeto. Não são os principais executores, mas sua participação é de grande relevância.

6 MATRIZ LÓGICA

A elaboração da Matriz Lógica foi pensada de forma clara e simples, visando uma boa ferramenta de gestão e /ou controle para a administração pública.

A seguir, exibimos a Matriz Lógica, que é o elemento central do Plano Municipal para a Infância e a Adolescência de Teresina.

Área temática: (1) ATENÇÃO À SAÚDE MATERNA									
Problema central: Gestantes em situação de não realizar pré-natal.									
Objetivo de impacto: Gestantes realizando pré-natal regularmente.									
ODS associados: 3 Saúde e Bem-Estar									
Resultados esperados/metos	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
100% das gestantes realizando pré-natal	Meta 3.1 Meta 3.8	Percentual de gestantes com atendimento nas UBS.	MS	Orientar sobre gravidez e pré-natal com a participação da família e acompanhamento do profissional de saúde.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Divulgar oferta gratuita do atendimento.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Qualificar o atendimento às gestantes nos postos de saúde e Unidades Básicas de Saúde.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Fortalecer as ações educativas sobre o aleitamento materno bem como, dos consultórios de aleitamento materno nas maternidades, com ações educativas de incentivo ao aleitamento materno exclusivo.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Ampliar a infraestrutura e materiais necessários à realização de exames, diagnósticos de triagem neonatal e tratamento adequado aos recém-nascidos, com a qualificação dos profissionais que irão realizá-los.	FMS	2023	2033	PMT	FMS

Área temática: (2) ATENÇÃO ÀS DOENÇAS PREVALENTES NA INFÂNCIA E A DISFUNÇÕES ALIMENTARES.									
Problema central: Crianças menores de 5 anos com insegurança alimentar.									
Objetivo de impacto: Crianças menores de 5 anos com segurança alimentar.									
ODS associado: 2 Fome Zero e Agricultura Sustentável; 3 Saúde e Bem-Estar.									
Resultados esperados	Metas ODS associados	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar os índices de aleitamento materno exclusivo e melhorar a qualidade da alimentação da família.	Meta 2.2 Meta 3.2	Percentual de mães que fazem o aleitamento de forma exclusiva e Percentual de crianças com peso ideal para a idade.	SISVAN	Promover o aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e da alimentação complementar saudável, com continuidade do aleitamento materno até os 2 anos, fortalecida pela Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil;	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Desenvolver ações no sentido de ampliação da coleta nos bancos de leites das maternidades do município de Teresina.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Ampliar a execução do Programa Saúde na Escola – PSE.	SEMEC FMS	2023	2033	PMT	SEMEC FMS
				Prevenir deficiências nutricionais específicas, com a Suplementação de Ferro e Ácido Fólico e Vitamina A;	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Acompanhar o estado nutricional de crianças menores de cinco anos, com a utilização do SISVAN, com especial atenção às crianças pertencentes a famílias beneficiárias do Auxílio Brasil;	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Promover o trabalho intersectorial, de sensibilização e divulgação do problema da desnutrição e obesidade infantil para toda a comunidade.	SEMEC SEMCASPI FMS	2023	2033	PMT	SEMEC SEMCASPI FMS
				Estimular às crianças, adolescentes e suas famílias à prática de atividades físicas, fazendo com que a escola seja um espaço de debate acerca das questões nutricionais.	SEMEC SEMEL	2023	2033	PMT	SEMEC SEMEL
Capacitar e qualificar os profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social e Educação para a	SEMEC FMS	2023	2033	PMT	SEMEC FMS				

				promoção da Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade Infantil.	SEMCASPI				SEMCASPI
				Inserir a educação alimentar/nutricional no ambiente escolar, considerando ser este um importante local para a formação de bons hábitos alimentares e para a educação nutricional, sobretudo, nos serviços de alimentação presentes nas escolas: o Programa de Alimentação Escolar e as cantinas.	SEMEC FMS	2023	2033	PMT	SEMEC FMS
				Fortalecer o trabalho com hortas comunitárias e incentivo à agricultura familiar.	SEMP SAAD-Rural	2023	2033	PMT	SEMP SAAD-Rural

Área temática: (3) ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA									
Problema central: Crianças em situação de desproteção de saúde.									
Objetivo de impacto: Crianças com acesso às UBS.									
ODS associado: 3 Saúde e Bem-Estar									
Resultados esperados	Metas ODS associados	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Redução da mortalidade prematura de crianças.	Meta 3.2 Meta 3.4	Percentual de óbitos infantis.	MS	Intensificar visita da equipe de saúde nos primeiros dias de vida dos recém-nascidos.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Divulgar ações de promoção e prevenção à saúde de gestantes e crianças.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Acompanhar as famílias beneficiárias do Auxílio Brasil/Programa Bolsa Família no cumprimento das condicionalidades de Saúde.	FMS SEMCASPI	2023	2033	PMT	FMS SEMCASPI
				Garantir o acesso gratuito ao pré-natal.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Desenvolver ações de prevenção à saúde da criança através de consultas periódicas, rodas de conversas e visitas domiciliares.	FMS	2023	2033	PMT	FMS

				Prevenir de doenças através da vacinação, orientações sobre alimentação adequada e acompanhamento médico.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
--	--	--	--	---	-----	------	------	-----	-----

Área temática: (4) ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE

Problema central: Baixo índice percentual de adolescentes frequentes às Unidades Básicas de Saúde.

Objetivo de impacto: Aumento do índice percentual de adolescentes frequentes nas Unidades Básicas de Saúde

ODS associado: 3 – Saúde e Bem-Estar

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Ampliação do número de adolescentes frequentes nas UBS	Meta 3.3 Meta 5.6	Percentual de adolescentes frequentando as UBS	MS	Qualificar os profissionais das UBS, sobre a saúde do adolescente.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Sensibilizar os adolescentes sobre a responsabilidade da saúde individual e coletiva.	FMS SEMEC	2023	2033	PMT	FMS SEMEC
				Sensibilizar os adolescentes sobre questões relacionadas à IST.	FMS SEMEC	2023	2033	PMT	FMS SEMEC
				Qualificar os professores e alunos multiplicadores sobre temas relacionados com as questões da saúde sexual, IST.	FMS SEMEC	2023	2033	PMT	FMS SEMEC
				Divulgar a caderneta de saúde.	FMS	2023	2033	PMT	FMS

Área temática: (4) ATENÇÃO À SAÚDE DO ADOLESCENTE

Problema central: Gravidez na adolescência.

Objetivo de impacto: Reduzir o percentual de adolescentes grávidas.

ODS associada: 3 – Saúde e Bem-Estar e 5 – Igualdade de Gênero

Resultados Esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Reduzir os índices de adolescentes grávidas.	ODS - 3.7 ODS – 5.6	Percentual de adolescentes grávidas.	MS	Promover políticas, programas e ações que favoreçam a garantia dos direitos humanos de adolescentes e jovens para que possam viver e se desenvolver de forma saudável.	SEMCASPI FMS SEMEC SEMEL Sec.Politica Mulheres	2023	2033	PMT	SEMCASPI FMS SEMEC SEMEL FMC Se.Mulheres
				Assegurar o acesso de adolescentes e jovens à informação sobre os seus direitos humanos, inclusive o direito à saúde sexual e reprodutiva;	FMS	2023	2033	PMT	FMS Sec.Juventude
				Assegurar o acesso às ações e aos insumos de saúde sexual e reprodutiva, tais como preservativos e contraceptivos, para que gravidezes não planejadas sejam evitadas;	FMS	2023	2033	PMT	FMS Sec.Juventude
				Envolver as famílias, comunidades, serviços e profissionais de saúde na resposta adequada às necessidades e demandas de adolescentes e jovens, incluindo aquelas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Fortalecer as organizações da sociedade civil que trabalham com ações de promoção e atenção à saúde sexual e reprodutiva de crianças e adolescentes.	FMS	2023	2033	PMT	FMS OSC's
				Divulgar a caderneta de saúde.	FMS	2023	2033	PMT	FMS
				Desenvolver ações no sentido de assegurar que os hospitais com serviços de urgência ofertem o Serviço de Atenção às Pessoas em Situação de	FMS	2023	2033	PMT	FMS

				Violência Sexual.					
				Intensificar as ações preventivas, com a inclusão de conteúdos sobre "educação sexual" nas escolas.	FMS SEMEC	2023	2033	PMT	FMS SEMEC
				Incentivar a participação dos adolescentes no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - NUCA.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Realizar oficinas no PAIF/CRAS com os adolescentes abordando temáticas de interesse aos mesmos.	SEMCASPI FMS	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI FMS

Área temática: (5) ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E/OU MENTAIS									
Problema central: Crianças e adolescentes com deficiência em situação de não matriculados na escola regular/ desproteção social.									
Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes com deficiência em situação de matriculados na escola regular / proteção social.									
ODS associada: 3 – Saúde e Bem-Estar e 4 – Educação de Qualidade									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumento do percentual de crianças e adolescentes com deficiência matriculados e frequentes à escola regular.	Meta 3.4 Meta 4.7	Percentual de crianças e adolescentes beneficiadas pelo BPC que estão na escola regular.	MEC MC	Aperfeiçoar o transporte escolar para que seja mais acessível.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Qualificar os profissionais da educação para garantir a inclusão dos beneficiários do BPC na escola regular.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Investir em ações que venham a promover efetivamente a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência, de forma a superar as barreiras físicas, sociais, atitudinais e culturais que impedem o acesso e a permanência desses segmentos	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC

				sociais na escola. Promover campanhas educativas com as informações sobre os direitos das pessoas que recebem BPC.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
--	--	--	--	---	----------	------	------	------------------	----------

Área temática: (5) ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIAS FÍSICAS E/OU MENTAIS									
Problema Central: Escolas sem acessibilidade									
Objetivo de impacto: Escolas com acessibilidade									
ODS associada: 4 – Educação de Qualidade									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar o número de Escolas com acessibilidade	Meta 4.a	Percentual de Escolas com acessibilidade	MEC	Fomentar a estruturação do ambiente escolar para receber e garantir a inclusão dos beneficiários do BPC.	SEMEC SAAD	2023	2033	FUNDEB	SEMEC SAAD

Área temática: (6) PREVENÇÃO DO USO ABUSIVO DE DROGAS E ATENÇÃO AOS USUÁRIOS									
Problema central: Adolescentes em situação de uso e abuso substâncias (drogas entorpecentes e álcool).									
Objetivo de impacto: Adolescentes com desenvolvimento saudável.									
ODS associado: ODS 3 Saúde e Bem-Estar; 4 – Educação de Qualidade e 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas Previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar o percentual do rendimento e diminuir a evasão escolar de adolescentes.	Meta 3.5 Meta 4.7	Percentual de rendimento e evasão escolar.	MEC	Promover as ações de educação preventiva, visando a sensibilização e a mobilização, de forma continuada, em diversos espaços institucionais e da sociedade civil visando a desconstrução dos contextos que levam ao uso de substâncias psicoativas, incentivando a diminuição do consumo e a redução de riscos.	SEMEC SEMCASPI FMS	2023	2033	PMT	SEMEC SEMCASPI FMS

				Apoiar e desenvolver a capacitação continuada, tendo como base um trabalho interdisciplinar e multiprofissional, visando o fortalecimento das redes integradas de prevenção e de promoção da saúde.	SEMEC SEMCASPI FMS	2023	2033	PMT	SEMEC SEMCASPI FMS
				Propor a inclusão, na educação básica e superior, de conteúdos relativos à prevenção do uso indevido de drogas.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Assegurar o acesso a tratamento e reinserção social aos usuários, dependentes e seus familiares.	FMS SEMJUUV SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	FMS SEMJUUV SEMCASPI
				Promover continuamente ações de cultura (música, teatro, dança), e de incentivo ao esporte e lazer.	SEMEL FMC	2023	2033	PMT	SEMEL FMC
				Realizar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV como forma de prevenção ao uso de drogas.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Ampliar e qualificar o atendimento no CAPS ad III (24h);	FMS	2023	2033	PMT	FMS

Área temática: (7) EDUCAÇÃO INFANTIL

Problema central: Crianças na primeira infância fora da creche.

Objetivo de impacto: Vagas nas creches suficientes para todas as crianças do município.

ODS associado: 4 - Educação de Qualidade.

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumento do número de vagas nas creches municipais.	Meta 4.2	Percentual de crianças na primeira infância matriculadas nas creches.	MEC	Aumentar o número de vagas nas creches.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Implantação de creches.	SEMEC SAAD	2023	2033	PMT	SEMEC SAAD
				Melhorar a estruturação do ambiente escolar.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Qualificar através de capacitação continuada dos profissionais que atuam em creches.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC

				Qualificar os serviços da rede de educação no tocante a recursos humanos, equipamentos, alimentação escolar, materiais didáticos e de expediente, visando a qualificação do processo ensino aprendizagem.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
--	--	--	--	---	-------	------	------	-----	-------

Área temática: (8) EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)

Problema central: Crianças em situação de evasão ou abandono escolar.

Objetivo de impacto: Vagas suficientes para todas as crianças do município.

ODS associado: 4 – Educação de Qualidade

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar os índices de matrículas na educação infantil municipal.	Meta 4.1	Percentual de matrícula de crianças na escola pública.	MEC	Ampliar o número de vagas nas escolas municipais.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Implantação de pré-escolas.	SEMEC SAAD	2023	2033	PMT	SEMEC SAAD
				Melhorar a estruturação do ambiente escolar.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Qualificar através de capacitação continuada dos profissionais que atuam em pré-escolas.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Qualificar os serviços da rede de educação no tocante a recursos humanos, equipamentos, alimentação escolar, materiais didáticos e de expediente, visando a qualificação do processo ensino aprendizagem.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC

Área temática: (9) ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)									
Problema central: Crianças em situação de evasão ou abandono escolar.									
Objetivo de impacto: Crianças com ensino fundamental completo.									
ODS associado: 4 – Educação de Qualidade									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Reduzir 50% a taxa de abandono escolar.	Meta 4.1	Percentual crianças fora da escola.	MEC	Aumento da oferta de vagas nas escolas de ensino fundamental.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Ampliar e adequar o ensino de tempo integral.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Melhorar a estruturação do ambiente escolar.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Promover capacitações continuadas aos profissionais da Educação.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Promover o desenvolvimento de ações intersetoriais, que venha a fortalecer a família, tornando-a protagonista no processo de educação e socialização de crianças e adolescentes, compreendendo a importância do afeto e do convívio para o desenvolvimento desses segmentos sociais.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Qualificar os serviços da rede de educação no tocante a recursos humanos, equipamentos, alimentação escolar, materiais didáticos e de expediente, visando a qualificação do processo ensino aprendizagem.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC

Área temática: (10) ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS FINAIS)									
Problema central: Crianças e Adolescentes em situação de evasão ou abandono escolar.									
Objetivo de impacto: Crianças e Adolescentes completando o ensino fundamental									
ODS associado: 4 – Educação de Qualidade.									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Reduzir 50% a taxa de evasão e abandono escolar.	Meta 4.1	Percentual crianças e adolescentes fora da escola.	MEC	Aumento da oferta de vagas nas escolas de ensino fundamental.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Ampliar e adequar o ensino de tempo integral.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC
				Melhorar a estruturação do ambiente escolar.	SEMEC	2023	2033	FUNDEB	SEMEC

				Realizar busca ativa das crianças e adolescentes que estão fora da escola, através de parceria entre escolas, Unidades Básicas de Saúde, CRAS, CREAS, sociedade civil organizada, dentre outros órgãos e instituições do poder público.	SEMEC SEMCASPI FMS Parceiros	2023	2033	PMT	SEMEC SEMCASPI FMS Parceiros
				Promover o desenvolvimento de ações intersetoriais, que venha a fortalecer a família, tornando-a protagonista no processo de educação e socialização de crianças e adolescentes, compreendendo a importância do afeto e do convívio para o desenvolvimento desses segmentos sociais.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC
				Qualificar os serviços da rede de educação no tocante a recursos humanos, equipamentos, alimentação escolar, materiais didáticos e de expediente, visando a qualificação do processo ensino aprendizagem.	SEMEC	2023	2033	PMT	SEMEC

Área temática: (11) ENSINO MÉDIO									
Problema central: Adolescentes em situação de evasão ou abandono escolar.									
Objetivo de impacto: Adolescentes em situação do ensino médio completo.									
ODS associado: 4 – Educação de Qualidade									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar em 50% a taxa de frequência e permanência escolar dos adolescentes. E Reduzir em 50% os casos de repetência, evasão e abandono escolar.	Meta 4.3 Meta 4.4	Percentual adolescentes em situação de evasão e/ou abandono escolar.	MEC	Aumentar a capacidade de atendimento do Núcleo de Cidadania dos Adolescentes – NUCA.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Inserir no âmbito escolar a discussão sobre direitos, respeito à diversidade, dentre outros incentivando a participação e o protagonismo de adolescentes.	SEDUC SEMCASPI	2023	2033	PMT GOV. ESTADO	SEDUC SEMCASPI
				Desenvolver projetos de prevenção e enfrentamento à violência e ao uso de drogas, com a participação da família e da comunidade.	SEDUC SEMCASPI FMS	2023	2033	PMT GOV. ESTADO	SEDUC SEMCASPI FMS

				Promover o desenvolvimento de ações intersetoriais, que venha a fortalecer a família, tornando-a protagonista no processo de educação e socialização de adolescentes, compreendendo a importância do afeto e do convívio para o desenvolvimento desses segmentos sociais.	SEDUC	2023	2033	GOV. ESTADO	SEDUC
				Articular junto aos órgãos responsáveis no sentido da implantação de escolas de ensino técnico e de ensino médio integrado, bem como, no sentido da ampliação do número de vagas nas unidades já existentes.	SEDUC IFPI Parceiros	2023	2033	GOV. ESTADO GOV. FEDERAL	SEDUC IFPI Parceiros
				Qualificar os serviços da rede de educação no tocante a recursos humanos, equipamentos, alimentação escolar, materiais didáticos e de expediente, visando a qualificação do processo ensino aprendizagem.	SEDUC	2023	2033	GOV. ESTADO	SEDUC

Área temática: (12) INICIAÇÃO PROFISSIONAL

Problema central: Adolescentes e jovens fora do mercado de trabalho.

Objetivo de impacto: Adolescentes e jovens no mercado de trabalho.

ODS associado: 4 – Educação de Qualidade, 5 – Igualdade de Gênero, 8 – Trabalho decente e Crescimento Econômico e 10 – Redução das Desigualdades.

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Promover a inclusão do adolescente e do jovem no mercado de trabalho.	Meta 4.3 Meta 4.4 Meta 4.5 Meta 4.6 Meta 5.a Meta 5.b Meta 5.c Meta 8.3 Meta 8.5 Meta 8.6	Percentual de adolescentes e jovens no mercado de trabalho; e Percentual de adolescentes frequentes em cursos profissionalizantes.	MEC SINE MC	Ampliar o número de vagas no ensino profissionalizantes nas escolas públicas.	SEDUC IFPI Parceiros	2023	2033	GOV. ESTADO GOV. FEDERAL	SEDUC IFPI Parceiros
				Melhorar a forma de divulgação dos cursos profissionalizantes oferecidos de forma gratuita no município.	FWF SEMEC SEMEST SEMDEC SEMCASPI Parceiros	2023	2033	PMT GOV. ESTADUAL	FWF SEMEC SEMEST SEMDEC SEMCASPI Parceiros

	Meta 8.8 Meta 8.9 Meta 10.1 Meta 10.2 Meta 10.3 Meta 10.4			Melhorar a forma de divulgação das vagas de emprego do município.	FWF SEDUC SEMEC SEMEST SEMDEC Parceiros	2023	2033	PMT GOV. ESTADUAL	FWF SEDUC SEMEC SEMEST SEMDEC Parceiros
--	--	--	--	---	--	------	------	----------------------	--

Área temática: (13) CULTURA

Problema central: Poucas oportunidades de movimentação cultural.

Objetivo de impacto: Aumento das oportunidades de movimentação cultural.

ODS associado: 8 – Trabalho Decente e Crescimento Sustentável, 15 – Vida Terrestre

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Ampliar em 30% o incentivo para as movimentações culturais.	Meta 8.9	Percentual de eventos culturais no município.	FMC	Fomentar e criar projetos culturais (com formação voltada para as artes plásticas, cênicas, musicais, artesanato, resgate das identidades regionais).	FMC	2023	2033	PMT	FMC
				Valorizar e fortalecer manifestações artísticas e culturais populares.	FMC	2023	2033	PMT	FMC
				Buscar parcerias com organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de arte e cultura.	FMC Parceiros	2023	2033	PMT	FMC Parceiros

Área temática: (14) ESPORTE E LAZER

Problema central: Crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal.

Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes em situação de proteção social e pessoal.

ODS associado: 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes

Resultados esperados	Metas ODS	Indicadores de	Meios de	Ações ou projetos	Responsável	Datas	Fontes	Envolvidos
----------------------	-----------	----------------	----------	-------------------	-------------	-------	--------	------------

	associadas	Resultado	verificação		previstas		de		
					Início	Término			
Aumentar o percentual de crianças e adolescentes que praticam esportes.	Meta 16.1	Percentual de crianças e adolescentes em situação de risco.	RMA/MC	Revitalizar as praças.	SAADS	2023	2033	PMT	SAADS
				Fomentar e criar projetos esportivos.	SAADS SEMEL SEMJUV	2023	2033	PMT	SAADS SEMEL SEMJUV
				Promover a participação de pessoas com deficiência em competições, através do incentivo ao esporte inclusivo.	SEMEL SEMCASPI	2023	2033	PMT	SEMEL SEMCASPI
				Desenvolver atividades de iniciação de práticas esportivas para crianças e adolescentes.	SEMEL	2023	2033	PMT	SEMEL
				Construção de quadras de esportes nas comunidades e revitalização das já existentes;	SAADS	2023	2033	PMT	SAADS
				Buscar parcerias com organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos de esporte, lazer e desporto.	SEMEL Parceiros	2023	2033	PMT	SEMEL Parceiros

Área temática: (15) FORTALECIMENTO E ASSISTÊNCIA ÀS FAMÍLIAS

Problema central: Famílias em situação de vulnerabilidade social.

Objetivo de impacto: Famílias em situação de proteção social.

ODS associado: 1 – Erradicação da Pobreza; 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; 5 – Igualdade de Gênero.

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
				Estabelecer projetos sociais de acordo com a realidade local numa rede de atendimento com parceiros, associações e conselhos.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI

Diminuir os índices de vulnerabilidade social das famílias do município.	Meta 1.1 Meta 1.2 Meta 1.3 Meta 2.1 Meta 2.2 Meta 2.3 Meta 5.1 Meta 5.4 Meta 5.c	Índice de famílias em vulnerabilidade.	RMA/MDS	Garantir a proteção social às famílias por meio da oferta contínua de projetos, programas e serviços voltados para atender situações de vulnerabilidade.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Melhorar o acompanhamento de famílias na proteção social de assistência social.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Fortalecer o núcleo protetivo da família por meio de ações de proteção social básica e das demais políticas públicas (saúde, educação, trabalho e renda, habitação, etc.), visando o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.	SEMCASPI FMS SEMEC SEMEST SEMDEC SEMUDH	2023	2033	PMT	SEMCASPI FMS SEMEC SEMEST SEMDEC SEMUDH

Área temática: (16) ATENÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE NEGLIGÊNCIA, MAUS-TRATOS E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Problema central: Crianças e adolescentes em situação de desproteção social, vítimas de violência e violação de direitos.

Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes em situação de proteção social.

ODS associado: 5 – Igualdade de Gênero

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
				Realizar campanhas educativas de enfrentamento a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI

Diminuir o percentual de crianças e adolescentes que sofrem violência e violação de direitos.	Meta 5.4	Percentual de atendimento do CREAS.	SIM IBGE RMA/MDS	Realizar capacitação para os profissionais da rede de atendimento às crianças e adolescentes (Assistência Social, Saúde e Educação, Rede de Proteção) para que os mesmos possam identificar os sinais e sintomas das pessoas que sofrem violência e/ou violação de direitos.	SEMCASPI FMS SEMEC Parceiros	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI FMS SEMEC Parceiros
				Fortalecer a função protetiva das famílias através do acompanhamento nos CRAS e CREAS.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Garantir espaços de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, através da participação em atividades socioeducativas e vivências para crianças e adolescentes em situação de violência ou violação de direitos.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Garantir atendimento no CAPSi para crianças e adolescentes vítimas de violência, em especial a violência sexual.	FMS	2023	2023	PMT	FMS
				Fortalecer o fluxo de serviços com os órgãos do Sistema de Justiça e de Segurança Pública visando a qualificação do atendimento a criança, ao adolescente e sua família, tendo em vista uma maior celeridade e eficiência.	SEMCASPI Parceiros	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI Parceiros

Área temática: (17) **ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

Problema central: Famílias em situação de abuso de substâncias lícitas e ilícitas provocando negligências e violação de direitos à crianças e adolescentes.

Objetivo de impacto: Famílias em situação de proteção social.

ODS associado: 1 – Erradicação da Pobreza; 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável; 5 – Igualdade de Gênero.

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar o índice de proteção social das famílias.	Meta 1.1 Meta 1.2 Meta 1.3 Meta 2.1 Meta 2.2 Meta 2.3 Meta 5.1 Meta 5.4 Meta 5.c	Índice de famílias em situação de vulnerabilidade	RMA/MDS	Melhorar a articulação entre CREAS, CT e Judiciário/Ministério Público na construção de fluxo para o acolhimento institucional.	SEMCASPI 1ª VIJ	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI 1ª VIJ
				Fortalecer as ações do PAIF na atenção básica nas questões da prevenção contra as violações de direitos.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Capacitar a rede socioassistencial (CRAS, CREAS, CT) para efetivação do trabalho no enfrentamento às violações de direitos contra criança e adolescentes.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Garantir o atendimento às crianças e adolescentes em acolhimento institucional conforme fluxo estabelecido junto à rede socioassistencial.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Garantir o acolhimento institucional em ambiente familiar seguindo as normativas vigentes.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Estabelecer fluxo para o acolhimento institucional de crianças e adolescentes.	SEMCASPI	2023	2023	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Adequar o Serviço de Acolhimento Institucional às diretrizes do SUAS (espaços, nº de acolhidos, equipamentos, recursos humanos, fluxo de serviços, etc.), promovendo-se o reordenamento do serviço					

				em Teresina(PI); Desenvolver ações do plano de convivência familiar e comunitária, conforme diretrizes nacionais e locais, visando a garantia da convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
--	--	--	--	--	----------	------	------	------------------	----------

Área temática: (18) TRABALHO INFANTIL									
Problema central: Crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil.									
Objetivo de impacto: Crianças e adolescentes retirados da situação de trabalho infantil.									
ODS associado: 3 – Saúde e Bem-Estar; 4 – Educação de Qualidade; 8 – Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10 – Redução das Desigualdades.									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Diminuir o índice de trabalho infantil.	Meta 3.4 Meta 3.6 Meta 3.9 Meta 4.1 Meta 4.4 Meta 4.5 Meta 4.6	Índice de trabalho infantil.	IBGE RMA/MDS	Realizar o registro obrigatório no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – Cadastro Único de crianças e adolescentes e suas famílias identificadas em situação de trabalho infantil.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Ampliar o número de vagas no ensino profissionalizantes nas escolas públicas.	SEDUC SEMEC	2023	2033	PMT GOV. ESTADO	SEDUC SEMEC
				Fortalecer as ações de busca ativa, identificação e acompanhamento familiar realizadas pelas equipes técnicas do SUAS e de forma articulada com as demais políticas públicas.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI

	Meta 8.2 Meta 8.5 Meta 8.6 Meta 8.7 Meta 10.1 Meta 10.2 Meta 10.3 Meta 10.4			Promover campanhas educativas de enfrentamento ao Trabalho Infantil.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Fortalecer a rede de serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas e do sistema de garantia de direitos, visando prevenir e enfrentar as situações de trabalho infantil.	SEMCASPI Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI Parceiros
				Desenvolver ações que venham a promover a construção de novos projetos de vida.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Ecaminhar as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias, registradas no Cadastro Único para os serviços de saúde, educação, cultura, esporte e lazer.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Encaminhar as famílias de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil para as ações de inclusão produtiva.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Inserção das crianças e adolescentes identificadas em trabalho infantil no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), enquanto público prioritário, com o devido acompanhamento das famílias pelos CRAS/ CREAS.	SEMCASPI Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI Parceiros
				Execução das ações previstas no Plano de Erradicação do Trabalho Infantil de Teresina, bem como as que estão previstas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI

Área temática: (19) VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES									
Problema central: Crianças e Adolescentes em situação de vítimas de violência e exploração sexual.									
Objetivo de impacto: Crianças e Adolescentes em situação de proteção social.									

ODS associado: ODS: 5 - Igualdade de Gênero.

Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Aumentar o alcance da proteção social de crianças e adolescentes que sofrem violência sexual.	Meta 5.4.	Índice de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.	SIM IBGE	Capacitar os profissionais que trabalham diretamente com crianças e adolescentes, para perceberem os sinais que se manifestam em decorrência de violência, visando a intervenção e articulação com políticas públicas para devidas providências.	SEMCASPI MP/1º VIJ Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI MP/1º VIJ Parceiros
				Garantir a execução das ações do plano de combate ao abuso e exploração sexual;	SEMCASPI Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI Parceiros
				Desenvolvimento de campanhas em prol da prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.	SEMCASPI Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI Parceiros
				Garantir o desenvolvimento de trabalho psicossocial com as vítimas e agressores.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Realizar trabalho com as famílias por meio de palestras e oficinas no sentido de orientá-las em relação à prevenção e enfrentamento da violência sexual de crianças e adolescentes;	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI

				Trabalhar as violações de direitos humanos nos grupos de convivência de crianças e adolescentes e suas famílias nas atividades desenvolvidas pelas escolas, visando a sua prevenção e enfrentamento	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
--	--	--	--	---	----------	------	------	------------------	----------

Área temática: (20) ATENÇÃO A ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATO INFRAACIONAL									
Problema central: Adolescentes em situação de vivência de rua.									
Objetivo de impacto: Adolescentes em situação de proteção social.									
ODS associado: ODS: 4 - Educação de Qualidade; 5 - Igualdade de Gênero; 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico; 10 - Redução das Desigualdades.									
Resultados esperados	Metas ODS associadas	Indicadores de Resultado	Meios de verificação	Ações ou projetos	Responsável	Datas previstas		Fontes de recursos	Envolvidos
						Início	Término		
Diminuir o índice de adolescentes que praticam ato infracional.	Meta 4.3 Meta 4.4 Meta 4.5 Meta 4.6 Meta 5.a Meta 5.b Meta 5.c	Índice de adolescentes que cumpre medida socioeducativa.	RMA / MC 2ª VIJ	Fortalecer as ações dos profissionais do CREAS que trabalham no serviço de atendimento às medidas socioeducativas.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
	Promover seminário sobre “Medidas Socioeducativas em Meio Aberto” para captação de instituições que possam receber o adolescente para o cumprimento da medida.			SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI	
	Efetivar as ações previstas no PMASE.			SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI	
	Ampliar o número de vagas no ensino profissionalizantes nas escolas públicas.			SEMEC SEDUC FWF	2023	2033	PMT GOV. ESTADO	SEMEC SEDUC FWF	

				Desenvolver projetos voltados para adolescentes em conflito com a lei, visando a socialização, convívio e integração ao mundo do trabalho.	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Fortalecer o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, garantindo-se a inclusão de adolescentes em conflito com a lei;	SEMCASPI	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI
				Capacitar os profissionais de segurança pública e justiça que lidam diretamente com os adolescentes em conflito com a lei.	SEMCASPI MP/2º VJ Parceiros	2023	2033	PMT FNAS/FMAS	SEMCASPI MP/2º VJ Parceiros
				Ampliar as ações de esporte, cultura e lazer.	SEMEL	2023	2033	PMT	SEMEL
				Melhorar as escolas de tempo integral, incluindo os adolescentes em conflito com a lei com atividades no contraturno à escola, com a participação, dentre outros, em atividades de esporte, dança, música e teatro;	SEMEC SEDUC	2023	2033	PMT GOV. ESTADO	SEMEC SEDUC
				Aprimorar o acompanhamento socioassistencial e educativo de adolescentes em conflito com a lei, inserindo-os em ações que fortaleçam o protagonismo juvenil.	SEMCASPI SEMEC SEDUC	2023	2033	PMT FNAS/FMAS GOV. ESTADO	SEMCASPI SEMEC SEDUC

				evitando a ocorrência de novos atos infracionais;					
--	--	--	--	---	--	--	--	--	--

7 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Na elaboração do Plano Municipal da Infância e Adolescência é essencial que seja realizado o processo de monitoramento e avaliação como forma de assegurar a eficácia do plano e o alcance dos resultados que se deseja alcançar, visando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual cada criança e adolescente tenha a oportunidade de crescer.

De acordo com o Art. 11º da Lei 13.257, de 08 de março de 2016, "As políticas públicas terão, necessariamente, componentes de monitoramento e coleta sistemática de dados, avaliação periódica dos elementos que constituem a oferta dos serviços à criança e ao adolescente revelados com base na divulgação dos seus resultados."(Brasil,2016).

Em comum acordo com esse pensamento, o método que iremos utilizar para revisar o PMIA preconiza pelo menos três (3) avaliações do documento em seu período de vigência, pois serão elaborados instrumentos de coleta de dados específicos com abordagem quantitativa e aplicada ao campo da pesquisa.

Os resultados encontrados em cada uma dessas etapas servirão de base para nortear/redirecionar o trabalho, funcionando como uma espécie de termômetro à efetividade do plano implantado na cidade de Teresina, seu parâmetro de fiscalização contribuirá com a implementação de políticas públicas voltadas para a garantia de direitos do público em questão.

O monitoramento e avaliação são termos frequentemente utilizados em conjunto, embora descrevam processos distintos, ambos compartilham a mesma finalidade: aprimorar o desempenho das ações.

Portanto, o monitoramento é uma parte intrínseca da implementação e a avaliação requer uma decisão específica sobre quando, como e por quem será realizada.

7.1 Objetivos do Monitoramento e da Avaliação

O monitoramento e a avaliação do PMIA têm objetivos cruciais para assegurar que as políticas e programas direcionados a criança e adolescentes sejam eficazes e atendam às necessidades dessa população.

Aqui estão alguns dos principais objetivos que devem ser monitorados e avaliados nesse plano:

Garantir a eficácia das ações para assegurar que os programas e programas das

Políticas públicas: Saúde, Assistência Social e Educação apontados pelo PMIA estejam alcançando os resultados desejados e contribuindo para o bem-estar, desenvolvimento sustentável e a proteção da criança e adolescente;

Identificar as áreas de melhoria: identificar as áreas onde o PMIA pode ser aprimorado, seja ajustando estratégias, relocando recursos ou desenvolvendo novas abordagens para atender as necessidades emergentes da população infante-juvenil;

Monitorar e articular para que os planos existentes no Conselho da Criança sejam contemplados nos planos de gestão municipal.

Promover a transparência e a responsabilização: Tornar o processo de implementação do PMIA transparente, permitindo que a comunidade, órgãos de governo, organizações da sociedade civil e outros membros avaliem o desempenho e a alocação dos recursos;

Apoiar a tomada de decisões baseada em evidências: Fornecer informações concretas e dados relevantes para orientar as tomadas de decisões políticas, permitindo que gestores públicos e outros responsáveis façam escolhas informadas sobre onde alocar recursos e energia;

Adaptar o PMIA às necessidades mutáveis: À medida que as condições e desafios enfrentados pelas crianças e adolescentes evoluem, o monitoramento e avaliação ajudam a ajustar o PMIA para que ele continue sendo relevante e eficaz ao longo do tempo;

Engajar a comunidade e partes interessadas: Envolver a comunidade, incluindo as crianças e adolescentes, bem como organizações de sociedade civil e outros atores relevantes, no processo de monitoramento e avaliação para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades consideradas;

Fornecer prestação de contas: Permitir que os gestores públicos e responsáveis pelo PMIA prestem conta a comunidade e aos órgãos superiores de governo sobre o processo e o impacto das ações voltadas para a infância e adolescência;

Aprimorar a eficiência dos recursos: Garantir que os recursos públicos sejam alocados de maneira eficiente e que os programas e políticas sejam ajustados conforme necessário para otimizar o uso dos recursos.

7.2 Instrumentos utilizados para o Monitoramento e a Avaliação

Os instrumentos para o monitoramento e avaliação do PMIA são feitos através coletas de dados, para a devida análise dos resultados e tomada de decisões. São eles:

Evidências de desempenho: Que demonstra de forma quantitativa o progresso do plano;

Pesquisa e Entrevistas: Aponta através das pesquisas de opinião e entrevistas aos beneficiários, famílias, grupos focais, comunidades e profissionais envolvidos o impacto que o plano está causando, qualitativamente;

Coleta de dados estatísticos: apresenta os dados atualizados através de taxas sendo possível uma análise relevante dos dados estatístico.

Tais instrumentos serão analisados diante dos indicadores elencados nesse plano e diante da matriz lógica para avaliar a eficácia das atividades e estratégias implementadas.

Monitoramento do que foi orçado com o que foi realizado.

7.3 Indicadores

Os indicadores irão auxiliar no eficaz desempenho do plano, pois ajudam a medir o progresso, identificam as áreas que necessitam de ajustes e analisam os impactos das ações e estratégias adotadas.

Os indicadores para monitoramento e avaliação do mesmo serão feitos através dos seguintes aspectos:

Indicadores de bem-estar: Acompanhamento de indicadores relacionados ao bem-estar das crianças e adolescentes, como saúde, educação, nutrição, moradia e acesso a serviços básicos;

Participação e engajamento: Avaliação do grau de participação e engajamento das crianças e adolescentes nos processos de tomadas de decisões que os afetam, bem como o apoio as organizações e espaços para jovens;

Proteção e segurança: Monitoramento das medidas de proteção e segurança para criança e adolescente em situação de risco ou vulnerabilidade, incluindo prevenção e atendimento a casos de abusos, exploração e negligência;

Educação: Acompanhamento da qualidade da educação às crianças e adolescentes, incluindo taxas de matrícula, desempenho escolar, evasão, e acesso a programas de apoio educacional e inclusão;

Saúde: Avaliação do acesso a serviços de saúde, imunização, nutrição, cuidados, pré-natais, acompanhamento do desenvolvimento infantil e serviços de saúde mental;

Cultura e lazer: Monitoramentos das oportunidades de acesso à cultura, esportes, lazer e atividades recreativas para as crianças e adolescentes;

68

Proteção especial: Acompanhamento das ações para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade específica, como aquelas em conflito com a lei, em situação de rua, trabalho infantil, povos tradicionais, migrantes ou refugiados, com deficiência, entre outras;

Orçamento e investimentos: Avaliação dos recursos alocados para programas e projetos relacionados à infância e adolescência, garantindo que haja investimentos suficientes para atender às necessidades;

Avaliação de programas e políticas: Monitoramento e avaliação dos programas e políticas específicas voltadas para crianças e adolescentes, para determinar sua eficácia e ajustar abordagens conforme necessário;

Avaliação da participação da sociedade civil: Verificação do envolvimento e da contribuição de organizações da sociedade civil, redes de apoio e parceiros na implementação do plano;

Articulação interinstitucional: Avaliação da coordenação e colaboração entre diferentes órgãos governamentais e instituições envolvidas na implementação do plano;

Avaliação de metas e resultados: Estabelecimento e acompanhamento de metas e indicadores específicos para avaliar o progresso em direção aos objetivos do plano.

Através dos resultados das taxas apresentadas por cada órgão, diante dos instrumentos utilizados para a coleta de tais resultados, o monitoramento e avaliação do PMIA vai indicar se o seu objetivo foi alcançado ou não.

O monitoramento e a avaliação são processos fundamentais que desempenham um papel crucial na garantia da eficácia e do impacto das ações e estratégias voltadas para esse público em nível municipal. Esses processos não apenas permitem acompanhar o progresso, mas também fornecem as ferramentas necessárias para fazer ajustes e melhorar continuamente as políticas e programas destinados às crianças e adolescentes ao apontar novos caminhos que deverão ser traçados.

A avaliação, por sua vez, vai além do monitoramento ao analisar o impacto e a eficácia das ações empreendidas no contexto do PMIA. Ela busca responder a perguntas importantes, como "As metas estão sendo alcançadas?", "Quais são os resultados alcançados?" e "Como as políticas afetaram a vida das crianças e adolescentes?". A avaliação é uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões informadas, auxiliando na alocação de recursos de maneira mais eficiente e no ajuste das estratégias para atender melhor às necessidades da população jovem.

69

Em síntese, ambos os processos, monitoramento e avaliação, promovem a transparência e a prestação de contas para a comunidade, permitindo que os cidadãos estejam cientes do que está sendo feito em seu nome e como o recurso público está sendo aplicado. Além disso, eles também são essenciais para o cumprimento de obrigações legais e tratados internacionais relacionados aos direitos da infância e adolescência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste PMIA foi uma jornada desafiadora, incrivelmente recompensadora, que não teria sido possível sem a dedicação e o empenho da Comissão Municipal de Elaboração e Revisão dos Planos Municipais.

Ressaltamos em todo percurso, o compromisso inabalável que assumimos para com as crianças e adolescentes de Teresina, que para nós representa o futuro da cidade, o futuro do país, para que cada criança e cada adolescente possa crescer e florescer com dignidade e igualdade de oportunidades.

Destacamos que é com veemência que crianças e adolescentes devem ser protegidos, valorizados e apoiados em seu desenvolvimento integral garantido nos princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 2002), alicerces sólidos sobre os quais construímos este documento.

O PMIA traça metas, desde a erradicação do trabalho infantil até o acesso universal à educação de qualidade, cuidados de saúde acessíveis e um ambiente seguro. Sabemos que esses desafios são enormes, mas nossa determinação em enfrentá-los é igualmente poderosa.

Durante todo o seu percurso, foram traçados meios para a elaboração de um diagnóstico que fosse fiel à realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes, fortalecendo nessa equipe o compromisso com a efetiva garantia de direitos.

Questões fundamentais, como educação de qualidade, acesso à saúde, proteção contra a violência, participação ativa na vida da comunidade e o direito a uma infância e adolescência digna nortearam a escrita de cada linha, ao reconhecer as diferentes realidades, as necessidades de grupos específicos, como crianças com deficiências, crianças em situação de rua, dentre outros.

É impossível não refletir sobre o labirinto que se entrecruzou entre o ponto de partida e o ponto de chegada, com os inesgotáveis debates que ultrapassaram diversas gestões do colegiado do CMDCAT.

70

O PMIA representa a promessa do compromisso do município com o bem-estar, a proteção e o desenvolvimento pleno de cada criança e adolescente, um testemunho materializado através dessa escrita, do compromisso com as gerações atuais e futuras ao acreditar que é possível prosperar, que o futuro começa agora com a dedicação e compromisso de cada envolvido.

A conclusão desse dispositivo legal marca não o fim desse trabalho, que permeou pelo estudo, pela identificação dos problemas que assolam a cidade, mas pelo início de uma jornada que durante os próximos dez (10) anos será vista com outros olhos, seja na prática, seja na alocação de recursos, na implantação e implementação de políticas específicas com foco nas metas e objetivos propostos.

Mãos e mentes trabalharam conjuntamente, em nossas andanças, diferentes formas de pensar foram surgindo, as concordâncias e discordâncias estão impressas na concretização dessa ferramenta ou guia de gestão pública que reuniu gestores públicos, OSC's, profissionais de áreas distintas e conselheiros de direito do CMDCAT, reforçando o compromisso com a cidade, ao enxergar cada pessoa de forma particular.

Por fim, manifestamos em cada página as nossas impressões e a esperança de que cada beneficiário seja prioridade, não deixando ninguém para trás.

Teresina, 10 de outubro de 2023.

Carlos André Pereira Santos
Presidente do CMDCAT

71

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm. Acesso em 26 de setembro de 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016. **Estatuto da Primeira Infância**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/113257.htm. Acesso em: 10 de setembro de 2023.
- BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Brasília, DF, 2019.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Santa Catarina. Universidade Federal de Santa Catarina. **Modelo de Planejamento, Monitoramento e Avaliação** / Ministério da Saúde. – 1. ed., rev. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 60 p.: il. – (Caderno de Atividade). Disponível em: <https://projetonems.paginas.ufsc.br/files/2018/08/Caderno.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

72

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. SB Brasil 2010: **Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis. Saúde Brasil 2019 **Uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização** / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças não Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. 520 p.: il

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social, PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.

CLARO, M. A. P. M.; NICKEL, D. C. **Gestão do capital humano**. Fae Business School. Curitiba: Associação Franciscana de Ensino Senhor Bom Jesus, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Psicólogos(os) e assistentes sociais na rede pública de Educação básica: orientações para regulamentação da Lei nº 13.935** - versão 2021 / Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social. - 2. ed. - Brasília: CFP, 2022 55 p.; 23 cm. Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-89369-27-1.

FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA. **Relatório de Avaliação do Plano Municipal de Educação de Teresina (2019/2021)** / [organização, Francisco das Chagas Alves Rodrigues, Hostiza Machado Vieira Neves.]. Teresina: SEMEC, 2023.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **12 Passos para a apuração do Orçamento Criança - Manual para apuração do Orçamento Criança em Prefeituras**, 1ª edição, 2007, 3ª edição, 2017. Disponível em: <https://www.funde.org.br/sites/default/files/2019-04/PMIA-2017-online.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

GURGEL, M. G. I.; ALVES, M. D. S.; VIEIRA, N.F.C.; PINHEIRO,P.N.C.; BARROSO, G.T. **Gravidez na Adolescência: tendência na produção científica de Enfermagem**. Escola Anna Nery. Revista de Enfermagem, v. 12, p. 800-806, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: INEP, 2023.

JOINVILLE. Prefeitura de. **Plano Municipal para a Infância e Adolescência do Município De Joinville - PMIA**. Joinville, 2020. Disponível em: <https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/Anexo-SEI-n%C2%BA-5712583.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

73

MATTEI, L. F. **Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n1p5>. Acesso em: 27 de setembro de 2023.

NOTA TÉCNICA N° 4/2022-DAPES/SAPS/MS. Disponível em: <https://www.conasems.org.br/wp-content/uploads/2022/01/Proporcao-de-gestantes-com-pelo-menos-6-seis-consultas-pre-natal.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2023.

PIAUI. Governo do Estado do. Secretaria de Estado da Educação/SEDUC. **Relatório da Unidade de Ensino e Aprendizagem** - UNEA 2019 A 2022. Teresina: SEDUC, 2022.

Plano Municipal para a Infância e Adolescência: e os objetivos de desenvolvimento sustentável. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.estrategiaods.org.br/wp-content/uploads/2020/04/livreto-pmia.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

PURNELL, J. Q, et al., 2018. In: **LOPES, A. B.; CAETANO, R. F.; NUNES, P. P.; RIBEIRO, C. G.; MELO, J. A. F. V.; FERREIRA, T. V. S.; TOBIAS, L. N.; SILVA, B. P.; CUNHA, M. G.; FREITAS, M. B. Aspectos gerais sobre a obesidade infantil: uma revisão narrativa**. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 37, p. e8993, 2021.

SANTOS. Prefeitura de. **Plano Municipal para a Infância e a Adolescência – PMIA**. Santos, 2013. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/static/files/www/conselhos/pmia-caderno.pdf>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SÃO JOSE DOS CAMPOS. Prefeitura de. **Plano Municipal para Infância e Adolescência – PMIA - 2017/2030**. São Jose dos Campos, 2020. Disponível em: https://www.sjc.sp.gov.br/media/110523/plano-municipal-para-infancia-e-adolescencia-pmia-aprovado_-880-2.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SÃO PAULO. Prefeitura. **Plano Municipal pela Primeira Infância – PMIA – 2018/2030**. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Plano_Municipal_pela_Primeira_Infancia.pdf. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

SEMEC. Quem ama cuida [livro eletrônico]: **Protocolo de prevenção e atendimento às crianças e aos adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social** / Secretaria Municipal de Educação de Teresina. - 1ª ed. - Teresina, PI: Secretaria Municipal de Educação, 2023.

SILVA, A. **Utilizando o planejamento como ferramenta de aprendizagem**. São Paulo: Global, 2000.

74

SILVA, L. J. R. **Importância da saúde bucal em crianças durante a dentição decidua**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Odontologia) - Faculdade ICESP. Orientador: Samantha Jéssica Lopes Sousa.

TERESINA. Prefeitura de. **Lei Municipal nº de XXX Plano Municipal para a Infância e a Adolescência - PMIA**. Teresina, 2023.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Relatório da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina**. Teresina: SEMCASPI, 2023.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPi - 2022 a 2032**. Teresina, 2022. Disponível em: <https://semplan.pmt.pi.gov.br/plano-municipal-pela-primeira-infancia/>. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. **Resolução nº xx de xx de xx de 2023**. Teresina.

TERESINA. Prefeitura Municipal de. Resolução que aprovou o PMIA. TERESINA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação** / Prefeitura Municipal de Teresina, Secretaria Municipal de Educação. Teresina: UPJ Produções, 2015. 72 p.

VIANNA, M. L. T. W. **Em torno do conceito de política social: notas introdutórias**. Rio de Janeiro: [s. n.], dez. 2002.

75

APÊNDICES

APÊNDICE A: RESOLUÇÃO Nº 36/2023 - CMDCAT



Lei de nº 3.208 de 31 de Julho de 2003 que dá nova redação à Lei nº. 2.052 de 6 de junho de 1991

Resolução nº 36/2023 – CMDCAT. Teresina, 19 de setembro de 2023.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Teresina - CMDCAT, órgão paritário, deliberativo e controlador da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº. 3.208, de 31 de julho de 2003, que dá nova redação a Lei de nº 2.052 de 06 de junho de 1991, no uso das suas atribuições legais.

Considerando deliberação deste colegiado na 17ª Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2023.

RESOLVE:

Artigo 1º – Criar e Nomear os representantes das seguintes instituições para participar do Comitê de Revisão e Elaboração dos Planos Municipais:

- Denise Alves Morra – Centro da Juventude Santa Cabrini – CJSC.
- Clara de Assis Leal Matos e Jomara Rodrigues de Lima – Fundação Municipal de Saúde – FMS.
- Edilayne Ximenes de Moura - Centro de Reintegração Familiar e Incentivo à Adoção – CRIA.
- Maria Valdenéria da Silva – Ação Social Arquidiocesana – ASA.
- Lidiane Batista de Oliveira- Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas-GGSUAS/SEM-CASPI.
- Artêmia Lopes Lustosa e Angélica Maria Barbosa Portela Lima- Secretária Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN.
- Cleides Carvalho Ferreira e Priscilla Brito de Carvalho-Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.
- Juciara de Sousa Santiago Monteiro-- Primeiro Atendimento da Defensoria Pública do Piauí.
- Carlos André Pereira Santos – Coordenadoria Especial de Direitos Humanos;
- Ricardo Oliveira Silva– Coordenador do AEPET/ Secretária Municipal de Cidadania, Assistência Social e Políticas Integradas-SEM-CASPI.
- Jóseli de Oliveira Barbosa Silva- Secretária Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – SMPM.
- Maria Valdenéria da Silva e Steiny Larissa de Sousa Neves-Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS.

Rua Coelho Rodrigues, 954- Centro - Edifício Centro Nacional de Cultura da Justiça/CENAJUS 1º andar □ Teresina-Piauí □ CEP: 64000-160 Fones: (86) 3213-9212 □ e-mail: cmdcat@gmail.com

ANEXOS

ANEXO A: FOLDER DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO JUVENIL - CAPSI



Lei de nº 3.208 de 31 de Julho de 2003 que dá nova redação à Lei nº. 2.052 de 6 de junho de 1991

Artigo. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Carlos André Pereira Santos
Presidente do CMDCAT

DEMANDAS

TRANSTORNO MENTAL
Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014), os transtornos mentais acometem 10 a 20% das crianças e adolescentes no mundo. Os transtornos mentais na infância e adolescência estão associados a sofrimento e prejuízo no relacionamento familiar, na escola, comunidade e em outros espaços. Interferindo negativamente sobre o desenvolvimento emocional, social e no desempenho escolar dos indivíduos afetados.

Sem o acompanhamento adequado, as consequências dos transtornos mentais podem persistir ao longo de toda a infância e adolescência, afetando a saúde física, mental e social. Alguns dos transtornos mentais mais comuns são: depressão, ansiedade, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, entre outros, podendo ocorrer em qualquer idade e em diversas formas.

ALCOOL E OUTRAS DROGAS
Diversos problemas podem ser decorrentes do uso de álcool e outras drogas em crianças e adolescentes, como prejuízo no desenvolvimento cognitivo, relações sociais, familiares, envolvimento em conflitos, acidentes e alterações no desenvolvimento normal.

Quando mais cedo se dá início do uso de álcool e outras drogas, maiores são as chances deste público tornar-se usuário e, posteriormente, ser dependente. Devido à imaturidade e consequente impulsividade, crianças e adolescentes são mais suscetíveis ao uso de álcool e outras drogas (VIVONI & LAMBERTI, 2012).

...vamos aqui para ajudar você!



FMS
Fundação Municipal de Saúde

TERESINA

TERESINA / PI

MAPA:



ORGANIZAÇÃO:
Equipe Técnica do CAPSI II.
END: Rua Coronel César nº 1566 - Morada do Sol
FONE: (86) 3223 - 8651 / (86) 99474-6426
E-MAIL: capsi@ter2017@hotmail.com

ASSISTÊNCIA PRESTADA AO USUÁRIO INCLUI AS SEGUINTE ATIVIDADES

- Atendimento individual (psicológico, orientação, encaminhamento se necessário, entre outros).
- Atendimento em grupos (grupos de apoio, grupo operatório, atividades de suporte social, entre outros).
- Atendimento em oficinas terapêuticas executadas por profissional de nível superior ou nível médio;
- Visitas e atendimentos domiciliares;
- Trabalho social com famílias;
- Atividades comunitárias enfocando a integração da criança e do adolescente na família, na escola, na comunidade ou quaisquer outras formas de inserção social;
- Desenvolvimento de ações intersectoriais, principalmente com as áreas de assistência social, educação e justiça;
- Supervisionar e capacitar as equipes de atenção básica, serviços e programas de saúde mental no âmbito do seu território e/ou do módulo assistencial, na atenção à infância e adolescência

TERMINÓRIOS DE COBERTURA

ZONA LESTE
ZONA SUDESTE
ZONA SUL (veja os bairros)

APRESENTAÇÃO

O Centro de Atenção Psicossocial Infantil Juvenil (CAPS II) é um serviço oferecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) com referência para acompanhamento diário, destinado a crianças e adolescentes de 02 a 18 anos incompletos com transtornos mentais graves e persistentes e/ou com problemas relacionados ao uso abusivo e prejudicial de álcool e/ou outras drogas. Importante lembrar que com 18 anos completos já sendo, usuário regular do CAPS II.

A Prefeitura de Teresina por meio da Fundação Municipal de Saúde (FMS) em conformidade com Portaria nº 336 do Ministério da Saúde (MS), disponibiliza para a população desta capital um novo serviço de acompanhamento em saúde mental para crianças e adolescentes, o CAPS II Dr. Alvimir Nogueira.

EQUIPE TÉCNICA

- Assistente Social;
- Enfermeiro;
- Fonoaudiólogo;
- Nutricionista;
- Profissional da Educação Física;
- Psicólogo;
- Psiquiatra;
- Técnico de Enfermagem;
- Terapeuta Ocupacional;

BAIRROS DA ZONA SUL

- Brasilar;
- Bela Vista;
- Catirina;
- Cidade Nova;
- Cristo Rei;
- Eduardo Costa;
- Ilheus;
- Lourival Parente;
- Nova Esperança;
- São Lourenço;
- Três Andares;
- Morada Nova;
- Parque Sul;
- Pedra Mulada;
- Picarra;
- Três Andares;
- Vamos Ver o Sol;
- Torquato Neto;

PARA OS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS:

- Horário para Trázer: 08:00 às 10:00 e 14:30 às 16:00.
- É necessário o acompanhamento de um adulto, legalmente responsável, durante a permanência do (a) usuário (a) no Serviço;
- Cópias de documentos necessários para abertura de prontuário: documento de identificação com foto ou certidão de nascimento (crianças), Cartão do SUS, CPF, comprovante de residência e documento de identificação do responsável.

HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO

Atendimento de Segunda a Sexta das 08:00 às 16:00 horas.

ATENÇÃO: PARA O PRIMEIRO ATENDIMENTO:

80

Objetivos

Promover ações/atividades de caráter educativo-informativo de educação, pais de alunos e alunos, com vistas à promoção e prevenção da saúde mental.

Ações

- Oficinas temáticas;
- Psicoeducação (redução do estigma/preconceito associado à questão da saúde mental);
- Produção de material didático-informativo e expositivo a cerca da saúde mental;
- Pesquisa junto aos docentes que avale os sentidos atribuídos a saúde mental;
- Orientações e encaminhamentos acerca da rede de atenção psicossocial;

Contexto

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde) a cada ano, cerca de 10% da população mundial enfrenta algum tipo de problema relacionado à saúde mental. Diante da gravidade e do elevado índice de crescimento de problemas relacionados à saúde mental, sobretudo na infância e na adolescência, tais como a automutilação, depressão, ansiedade e suicídio, sobrecarregando indivíduos e famílias na prevenção como urgências e crises em caráter pontual.

Nessa perspectiva, a escola, por tratar-se de ambiente privilegiado para a manifestação da vida e de seus valores e competências; para o desenvolvimento de crianças e adolescentes; assim como de construção de conhecimentos; passa também a se apresentar como um espaço de excelência para o desenvolvimento de atividades no âmbito da educação, visando, além da possibilidade de contribuir na redução de tabus, estigmas e preconceitos em relação à temática. (ESTANISLAU, BRESSAN, 2014).

Público Alvo

- Profissionais da SEMEC (Técnicos);
- Parceiros (Técnicos) Envolvidos (Pessoa Física);
- Parceiros Envolvidos (Pessoa Jurídica);
- Professores;
- Gestores Escolares;
- Servidores Gerais;
- Alunos;
- Famílias e Comunidade Escolar.

82

ANEXO B: FOLDER DO LAÇO AMARELO



Lazo Amarelo

PROMOVENDO SAÚDE MENTAL NAS ESCOLAS

DAE - DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
NAE's - NÚCLEOS DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO

Fale conosco

(86) 9 942209247

semecdae@gmail.com



CONSELHO TUTELAR:
PRIMEIRO C.T. NORTE - (080) 3215 5115 800-786
SEGUNDO C.T. NORTE - (080) 3215 800-9 946-138
TERCEIRO C.T. SUL - (080) 3212 2149 944-132
QUARTO C.T. LESTE - (080) 3212 8819 947-654
QUINTO C.T. NORTE - (080) 3212 8819 944-132
DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - (080) 3212 212 212-676

DAE (DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO)
(86) 99422-0947

DELEGACIA DE INCLUSÃO (DIE) (080) 3212 208
CANAL: (080)324-6785 3194-6786 3194-6790

ELABORAÇÃO
Zeny Cláudia de Oliveira Siqueira
Margarita Sampaio de Castro
Jairine Siqueira de Sacramento

MAIS INFORMAÇÕES: (86) 9422 9817

ITGAR DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E NA ESCOLA

ENTER DA FAMÍLIA OU COORDENADOR

1. Realizar em (fila) na escola;
2. Registrar os indicadores e dados;
3. Enviar o relatório em formulário e e-mail;
4. Acompanhar o resultado da avaliação.

FÓRUM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Frequentar regularmente a escola;
2. Registrar os indicadores e dados;
3. Enviar o relatório em formulário e e-mail;
4. Realizar as reuniões e atividades escolares.

SEMEC
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

81

ANEXO C: FOLDER DO PROJETO ESCOLA FAMÍLIA

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO (DAE)

PROJETO ESCOLA FAMÍLIA

TERESINA/PI

PRIMEIRO DE TERESINA
Jair Franco Leão

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Nancy Cavalcão Batista

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO
Edilaine Farias Leites Campelo

SECRETARIA EXECUTIVA DE ENSINO
Rafaela Siqueira da Silva

GERENTE DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO
Jairine Siqueira de Sacramento

ELABORAÇÃO
Zeny Cláudia de Oliveira Siqueira
Margarita Sampaio de Castro
Jairine Siqueira de Sacramento

MAIS INFORMAÇÕES: (86) 9422 9817

CONSELHO TUTELAR:
PRIMEIRO C.T. NORTE - (080) 3215 5115 800-786
SEGUNDO C.T. NORTE - (080) 3215 800-9 946-138
TERCEIRO C.T. SUL - (080) 3212 2149 944-132
QUARTO C.T. LESTE - (080) 3212 8819 947-654
QUINTO C.T. NORTE - (080) 3212 8819 944-132
DELEGACIA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - (080) 3212 212 212-676

DAE (DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO)
(86) 99422-0947

DELEGACIA DE INCLUSÃO (DIE) (080) 3212 208
CANAL: (080)324-6785 3194-6786 3194-6790

ELABORAÇÃO
Zeny Cláudia de Oliveira Siqueira
Margarita Sampaio de Castro
Jairine Siqueira de Sacramento

MAIS INFORMAÇÕES: (86) 9422 9817

ITGAR DE CRIANÇA E ADOLESCENTE E NA ESCOLA

ENTER DA FAMÍLIA OU COORDENADOR

1. Realizar em (fila) na escola;
2. Registrar os indicadores e dados;
3. Enviar o relatório em formulário e e-mail;
4. Acompanhar o resultado da avaliação.

FÓRUM DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. Frequentar regularmente a escola;
2. Registrar os indicadores e dados;
3. Enviar o relatório em formulário e e-mail;
4. Realizar as reuniões e atividades escolares.

SEMEC
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

83

frente às adversidades da vida.

Vale ressaltar a comunicação assertiva enquanto passo principal para o saber se relacionar com o outro e contar com a colaboração, é ser capaz de passar as informações com clareza, dinâmica e respeito, obtendo o retorno esperado, permitindo um diálogo entre as partes e a intercolaboração. De forma bem simples é aprender a se comunicar de forma verbal e não verbal.

Portanto a Oficina Fortalecendo laços traz a proposta de refletir acerca do bem estar, autoconfiança e comunicação assertiva em prol do fortalecimento de vínculos.

OBJETIVO GERAL

- Proporcionar aos educandos momentos de reflexão acerca do bem estar, autoconfiança e comunicação assertiva, visando o fortalecimento de vínculos no ambiente familiar e escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Discutir temáticas acerca do bem estar físico e emocional
- Estimular o educando a interagir com os seus pares no espaço escolar e familiar;
- Possibilitar a comunicação assertiva no âmbito de convivência.

META

- 28 oficinas (ver essa proposta) ou somente atendimento aos alunos que necessitarem da intervenção.
- 60% de alunos com vínculos fortalecidos.

ATIVIDADES DIDÁTICAS

Para 1º e 2º ano

- Teatro de fantoches;
- Contação de histórias
- Músicas

Para 3º ao 5º ano

- Dinâmica do Pirulito
- Árvore da Vida
- Música

RECURSOS

HUMANOS

- 01 Assistente Social
- 01 Psicóloga

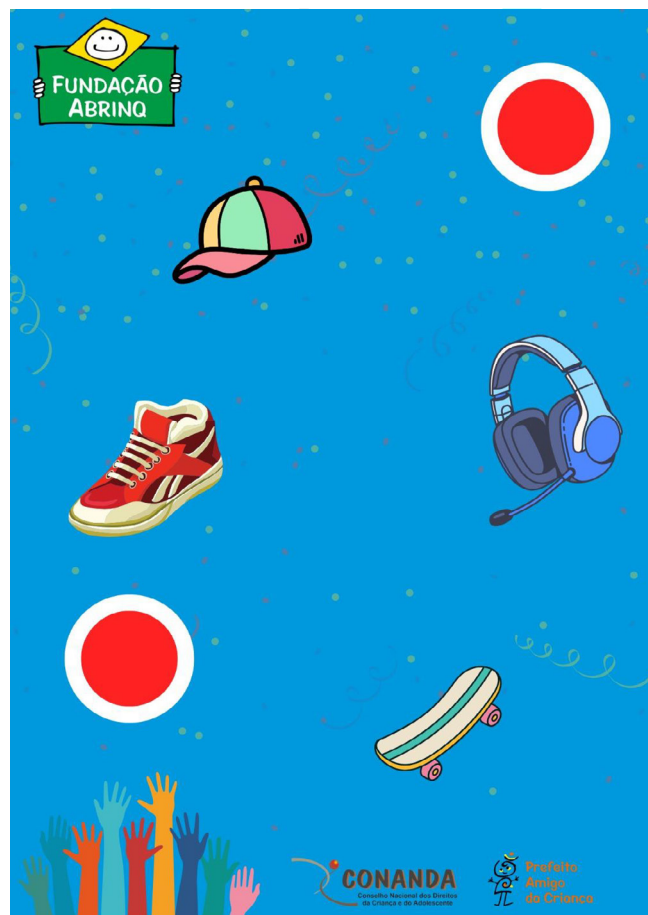
MATERIAIS

- Pirulito,
- Jujubas,
- Cartolinas,
- Pincéis,
- Giz de cera,
- Coleções,
- Lápis,
- Tesoura sem ponta,
- Fita crepe,
- Caixa de som,
- Fantoches,
- E outros recursos que se fizerem necessário

AVALIAÇÃO

- Será através da observação da participação e integração dos educandos.

REFERENCIA BIBLIOGRÁFICA



ID: 000480363000022023

LEI COMPLEMENTAR Nº 6.021, DE 31 DE OUTUBRO DE 2023.

Dispõe sobre os procedimentos para o repasse da assistência financeira complementar da União, destinada ao pagamento do piso salarial aos Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, no âmbito da Fundação Municipal de Saúde - FMS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERESINA, Estado do Piauí
Faço saber que a Câmara Municipal de Teresina aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o piso nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem e do Auxiliar de Enfermagem, de acordo com o que dispõe a Lei Federal nº 14.434, de 4 de agosto de 2022, bem como de acordo com o Acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal - STF, na ADI 7222, aos servidores efetivos em atividade da Fundação Municipal de Saúde - FMS, e se processará da seguinte forma:

I - quanto aos valores compreendidos nas competências maio, junho, julho, agosto e setembro, mediante folha suplementar;

II - no caso de novos repasses efetuados pelo Fundo Nacional da Saúde - FNS, referentes aos meses de maio a setembro de 2023, após análise das inconsistências verificadas no Sistema InvestSUS de que trata a Portaria GM/MS nº 1.135/2023, mediante folha suplementar;

III - quanto aos valores referentes a outubro, novembro e dezembro, conforme procedimento estabelecido no Título IX-A, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

§ 1º Os recursos financeiros de que trata o caput serão transferidos, na modalidade fundo a fundo, pelo Fundo Nacional de Saúde - FNS ao Fundo Municipal de Saúde.